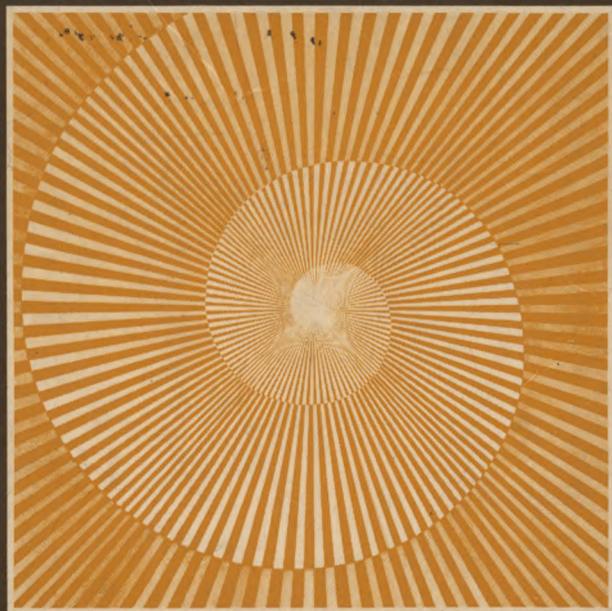


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 5

Antônio Sérgio



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1983

**OS DIÁLOGOS DE DOUTRINA DEMOCRÁTICA:
da edição original (1933)
à versão revista pelo autor (19457/1958?)**

«Bárbaro — é todo aquele que não clarifica as suas ideias, que não põe coerência no seu espírito, que não busca a ordem dentro de si (como V. Ex.^a). Bárbaros autênticos são esses tais — para todos os homens europeus que têm espírito de europeu...

*Há uma maneira **ininteligente** (como há uma maneira **inteligente**) de ser monárquico, republicano, socialista, etc.: e o que eu peço todos os dias aos meus mais jovens compatriotas não é que abandonem as suas «ideias» (os seus credos, partidos, féis): é que busquem ser **inteligentemente** (civilizadamente, europeicamente) aquilo mesmo que dizem ser».*

António Sérgio, «Explicações a um catedrático de Direito sobre a doutrina ética dos meus Ensaios», *Ensaios VII*, 1.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974, p. 164.

I. INTRODUÇÃO

Decorridos mais de catorze anos sobre a morte de António Sérgio, e mais de vinte sobre a publicação dos seus últimos escritos, ainda hoje a sua imensa obra permanece desconhecida do grande público, e ignorada em certos meios universitários portugueses.

Descônhecida, por factores de ordem política e cultural: o obscurantismo salazarista e nos anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, a ausência de uma política cultural clara, que acabasse com o analfabetismo, combatesse a igno-

* Professor do Ensino Básico.

rância e contribuisse para a formação cívica de vastas camadas da população; e também por razões que se prendem com características do ensaísmo sergiano, com particularidades da sua linguagem, às quais não tem sido dada devida atenção.

Uma análise dos textos, feita do ponto de vista dos níveis de língua utilizados pelo autor, poderia ser bastante esclarecedora, no que respeita a este último aspecto.

Não procedemos a uma análise sistemática dos *Diálogos* nessa perspectiva, mas, de qualquer modo, o estudo das anotações manuscritas, introduzidas por Sérgio na versão original, já aponta para algumas conclusões significativas, que conviria cotejar com as anotações inseridas noutras obras.

Os objectivos do presente trabalho são essencialmente:

1. Fornecer aos interessados no pensamento de António Sérgio os resultados de uma análise que facilite a compreensão do texto.
2. Destacar as transformações (variantes, supressões e acrescentos de palavras, frases e textos) decorrentes da revisão da edição original, feita pelo autor.
3. Explorar o sentido das anotações, na tentativa de entrever que evolução se verifica no pensamento e na linguagem de Sérgio, num período muito fecundo da sua actividade (1933-1958).

De entre a impressionante vastidão de títulos da bibliografia sergiana, escolhemos os *Diálogos de Doutrina Democrática* para este tipo de abordagem, por diversas razões:

1. Nos *Diálogos*, Sérgio aborda uma grande diversidade de temas, já aflorados por Salazar, nas entrevistas concedidas alguns meses antes a António Ferro.
2. O facto de ser uma obra de polémica, em que o ensaísta defronta o seu mais poderoso adversário ideológico e político, sob a forma de um diálogo em que os dois interlocutores correspondem a personalidades reais, o que lhe confere, como é óbvio, imenso interesse, sob diversos pontos de vista.
3. Finalmente, porque constituem um texto não muito extenso que foi revisto, pelo menos, em dois momentos diferentes, com intervalos de cerca de doze anos entre a versão original (1933) e a primeira revisão (1945?), e de cerca de treze anos, entre a primeira e a segunda revisões (1958?), adequando-se de modo particularmente eficaz aos objectivos que nos propusemos.

Um campo de análise que deliberadamente não aprofundámos, e que é uma constante ao longo das intervenções do Libertário (personagem que corresponde ao autor), é a des-

Os diálogos de doutrina democrática

montagem do discurso de Salazar, desmontagem ordenada, sistemática, tenaz, que não poupa as frequentes contradições em que o ditador cai no domínio da lógica; numa luta obstinada contra o ecletismo ideológico, obscuro e pouco definido; numa permanente procura da limpidez do pensamento, da clareza das ideias.

Seria também interessante verificar que temas abordados por Salazar nas suas entrevistas, não foram explorados por Sérgio nos *Diálogos*. Tal levantamento, levar-nos-ia por certo a conhecer mais profundamente as polémicas que Sérgio travou com o ditador em diversos textos de circunstância: nos «Retalhos de Doutrina Democrática», da *Seara Nova* (Jan./Março de 1933) (mais tarde incluídos nos *Ensaios VII* com o título *Relanços de Doutrina Democrática*), no 10.º Caderno da *Antologia Sociológica* (1956/1957) e no *Pátio das Comédias* (1958).

II. PARA A COMPREENSÃO DA OBRA.

1.1. *As condições de produção: das entrevistas a Salazar, à réplica de António Sérgio.*

Os seis *Diálogos de Doutrina Democrática*, cinco dos quais permaneceram inéditos até 1974, foram certamente escritos em 1933 0), tinha António Sérgio cerca de cinquenta anos.

Antecedendo o texto, uma advertência em sentido figurado, escrita por certo em 1958 informa o leitor:

«Esta obra foi escrita há mais de vinte anos. Ficou esquecida numa gaveta, e só agora me lembrei da sua existência e me ocorreu a ideia de a publicar» (2).

Mas em que circunstâncias é que Sérgio escreveu esta obra «maldita», que nas bibliografias publicadas em sua vida, vinha ambigualmente referenciada como «publicação suspensa»?

Os *Diálogos* constituem a réplica do ensaísta recém-chegado do exílio em França, às entrevistas que António Ferro

(D Tal é a sugestão de Augusto Abelaira e de Idalina Sá da Costa em *Democracia*, 1.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974 p. IX, e também de A. Campos Matos na *Bibliografia de António Sérgio*, de Vértice, Coimbra, 1971, p. 12.

O *Democracia...*, Lisboa, Sá da Costa, 1974, p. 1.

fizera poucos meses antes ao recém-empossado presidente do conselho António de Oliveira Salazar ⁽³⁾.

Em cima do acontecimento, a 12 de Janeiro e a 2 de Março de 1933, Sérgio publica na *Seara Nova* dois artigos intitulados «Retalhos de Doutrina Democrática», em que respondendo já às entrevistas de Salazar, sintetiza os principais temas que há-de desenvolver nos *Diálogos*.

Nos finais de Abril aparece na *Seara* o «Diálogo de um democrata e de um estadista burguês» ⁽⁴⁾, texto que depois de ser revisto pelo autor veio a constituir o Diálogo Quinto, intitulado, «Da Sociedade Nova e do Estado Novo». Este artigo era certamente o primeiro de uma série que Sérgio tinha em mente publicar. Mas, não só seria o único Diálogo a vir à luz do dia, em vida do autor e durante a ditadura que se manteve até ao 25 de Abril, como o próprio livro intitulado *Diálogos de Doutrina Democrática*, que entretanto tentou publicar na editora da Seara Nova, foi apreendido pela censura quando ainda estava em vias de ser impresso, na Tipografia da Calçada do Tijolo, em 1933.

Da edição original, sem capa nem rosto, existem hoje, ao que sabemos, apenas três exemplares ⁽⁵⁾.

Foi-nos impossível, por falta de informações, precisar em que altura do ano de 1933 terá a edição original sido impressa.

Segundo Castelo Branco Chaves, os *Diálogos* foram já escritos em Lisboa, depois do regresso de Sérgio do exílio em Paris ⁽⁶⁾. Sabemos que nos princípios de Março de 1933, ainda se encontrava em Santiago de Compostela, onde leccionou durante alguns meses um curso sobre História e Literatura Portuguesas, a convite da Universidade local ⁽⁷⁾, e que o já refe-

⁽³⁾ As entrevistas a Salazar foram publicadas pela primeira vez no *Diário de Notícias* de 18 a 24 de Novembro de 1932 e depois reunidas em livro, *Salazar o homem e a sua obra*, em Fevereiro de 1933.

⁽⁴⁾ *Seara Nova*, n.º 340, 27 de Abril de 1933; ao que sabemos, trata-se da primeira exposição sistemática do programa cooperativista, em alternativa ao corporativismo, que é pormenorizadamente criticado; note-se ainda, que, neste diálogo, o Democrata trata o Estadista Burguês por *você*, forma que Sérgio viria a modificar, na versão dos *Diálogos*.

C) Destes três exemplares, um pertencia a António Sérgio, o outro a Câmara Reis.

⁽⁵⁾ Informação amavelmente fornecida por este crítico.

⁽⁶⁾ O artigo intitulado «Grupo 'Renovação Democrática'», publicado na *Seara Nova* a 30.3.1933 foi escrito no dia 9 do mesmo mês, ainda em Santiago. Segundo informação de Jacinto Baptista, Sérgio esteve em Santiago de Janeiro a Maio de 1933, regressando então a Portugal, abrangido por uma amnistia. Viria no entanto a ser preso pouco tempo depois, por duas vezes. Da primeira, anterior a 18

rido «Diálogo de um Democrata e de um Estadista Burguês», publicado em fins de Abril, foi minuciosamente revisto antes de ser integrado naquela obra, com o novo título «Da Sociedade Nova e do Estado Novo».

Por outro lado, verificámos que há passagens de um artigo dos *Ensaíes III*, publicados em 1932, e de um artigo da *Seara Nova* de fins de Maio de 1933 ⁽⁸⁾ que correspondem — se exceptuarmos pequenas modificações — a passagens dos Diálogos Terceiro e Sexto da obra de que nos ocupamos. Da comparação destes trechos com os que lhes são correspondentes nos *Diálogos*, apercebemo-nos que estes últimos só podem ter sido posteriores.

Chegamos então à conclusão, que a versão primitiva não foi concertada escrita antes de Maio de 1933.

De qualquer modo, o problema da datação desta edição original, não é aqui de grande importância, uma vez que teve uma difusão muito limitada, provavelmente apenas entre os amigos íntimos do autor, por ter sido, como dissemos, apreendida pela censura quando ainda se encontrava no prelo.

Quanto às anotações manuscritas introduzidas por Sérgio posteriormente, a sua análise levou-nos a apontar os anos de 1945 e de 1958 como datas prováveis para a sua elaboração.

A edição crítica que consultámos, inserida no volume das Obras Completas, intitulado *Democracia*, foi impressa em Fevereiro de 1974 e baseia-se no texto do exemplar que pertencia ao espólio de António Sérgio, por ele profusamente anotado.

Os organizadores desta edição decidiram manter o título original, por ser o mais conhecido, embora Sérgio o tivesse modificado para *Diálogos entre um Estadista e um Libertário*, de acordo aliás, com a alteração dos nomes das personagens de «Democrata» e «Estadista Burguês» para «Libertário» e «Estadista».

Independentemente da dificuldade em datar com precisão o mês em que a primitiva edição foi impressa, o certo é

de Julho, esteve incomunicável durante 5 horas, findas as quais o soltaram» («Duas cartas de Luisa Sérgio a Bernardino Machado de 18 de Julho e de 19 de Dezembro de 1933», *O Ponto*, 15.6.1982); na segunda, esteve detido durante vários meses. Terão estas prisões alguma relação com a tentativa de publicação dos *Diálogos*, e com a sua suspensão pela censura?

⁽⁸⁾ Trata-se de duas passagens sobre a reforma do ensino nas escolas rurais e nas escolas normais, incluídas no artigo «Reforma da Instrução popular», *Ensaíes III*, pp. 259-263, e da definição de cooperativismo de «Cooperativa e Parlamento», *Seara Nova*, 25.5.1933; confrontem-se esses trechos com os dos *Diálogos* (p. 47; p. 78).

que ela foi produzida numa conjuntura económica de crise exacerbada no mundo ocidental, marcada ao nível político pela ascensão e reforço de regimes autoritários e fascistas na Europa ⁽⁹⁾, e pela instabilidade dos regimes de democracia parlamentar ⁽¹⁰⁾.

Em Portugal, desde Abril de 1928, um catedrático da Universidade de Coimbra, que mais tarde Sérgio qualificaria de «antidemocrata e maquiavélico» O¹⁾, detinha o posto chave no governo da ditadura militar: o Ministério das Finanças. A partir de 1930, e sobretudo de 1932, lançam-se os alicerces do estado corporativo. Em Julho deste último ano, o «maquiavélico» professor ascende a presidente do conselho de ministros e, em Fevereiro seguinte, é publicada a Constituição, que seria triunfalmente plebiscitada a 19 de Março.

Em Dezembro de 1932, como vimos, o ditador fazia-se entrevistar pelo jornalista António Ferro, e abordava questões tão controversas como então (ainda) eram a censura, a problemática da liberdade e da autoridade, as relações entre o fascismo e a ditadura, o problema da instrução, etc.

A crítica que, a dado passo, Salazar faz às reformas que os democratas se propunham introduzir no funcionamento do parlamento ⁽¹²⁾, visava sem dúvida o grupo dos seareiros

(9) Em Dezembro de 1932 instaura-se na Lituânia um Estado autoritário de partido único; em Janeiro de 1933 Hitler sobe ao poder e em Março do mesmo ano, Dollfus controla a situação na Áustria através de um golpe de Estado. Ainda nesse ano, Roosevelt lança a *New Deal* nos Estados Unidos para tentar ultrapassar a crise económica que se prolongava desde 1929 e funda-se a Falange espanhola. Em 1934, seria a vez da Estónia e da Letónia se submeterem a regimes ditatoriais.

Sérgio, profundo conhecedor da realidade política europeia, afirmava confiante, nos *Diálogos*: «O que nós vimos até agora foi o crepúsculo auroral da Democracia, obscurecido neste momento por uma nuvem negra que lá vai surgindo. O sol verdadeiro não apontou ainda.» *Democracia*, Lisboa, Sá da Costa, 1.^a ed., 1974, p. 74.

(10) No início dos anos 30 sucedem-se em França frequentes mudanças de governo, enquanto em Inglaterra se constituem governos de coligação nacional, na tentativa de superar a crise económica.

(11) Vide *Ensaio VII*, 1.^a ed., 1974, p. 184.

(12) Sob o título da responsabilidade de António Ferro «A Crise da Democracia», Salazar invectivara mordazmente os democratas nestes termos: «Mas que propõem eles, afinal, para que se efective essa renovação? [dos órgãos da democracia] *Medidas ridículas* que não se adaptam ao próprio sistema: ligeiras alterações no regulamento interno das Câmaras, limitação no tempo dos discursos, restrições no uso da palavra, etc., etc.. *Paliativos que não resolvem nada*, que pretendem apenas, *prolongar a pobre vida de um sistema agonizante...* Negar a crise da democracia seria negar a evidência, o panorama político da nossa época.» (sublinhados nossos) *Salazar o Homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, pp. 67-68.

Os diálogos de doutrina democrática

e, em particular, António Sérgio, grande apologista dessas reformas em diversos artigos publicados⁽¹³⁾.

Terão sido, certamente, este ataque feito num tom sarcástico e corrosivo, bem como a defesa que o ex-professor fez da instituição da censura, os «detonadores» da réplica imediata do ensaísta, primeiro nos «Retalhos» da *Seara Nova* e depois nos *Diálogos*.

Sérgio vai problematizar estas e outras questões sob a forma socrática de diálogos ou palestras entre um Estadista — Salazar — e um Libertário — António Sérgio — para desmontar as ideias e raciocínios do ditador de Santa Comba Dão.

1.2. Estrutura da obra.

O texto divide-se, como dissemos, em seis diálogos muito desiguais em extensão, cujo conteúdo ultrapassa frequentemente o que seria de esperar da simples leitura dos seus títulos. Por exemplo no Diálogo Primeiro — «Da Expressão do Pensamento e da Democracia» — o Libertário detém-se longamente na questão religiosa; e no Diálogo Terceiro — «Da Reforma Agrária» —, no problema da instrução.

A forma de diálogo, tão utilizado por certos autores clássicos como Platão na antiguidade, e Galileu no Renascimento, é aqui retomada por Sérgio, que em 1930 já tinha escrito um ensaio dramático em três actos — *Antígona* — utilizando aquele processo. E não há dúvida que o recurso ao diálogo se adapta, de forma particularmente feliz, ao método pedagógico de Sócrates — a maiêutica — que tinha como objectivo fazer despertar nos espíritos a verdade que contêm em si. Só que, na obra que nos propusemos analisar, as intervenções de uma das personagens, o Estadista, são na sua maior parte excertos de intervenções que essa mesma personagem na vida real, Salazar, fizera nas entrevistas publicadas meses antes. Algumas delas, foram porém recriadas pelo próprio ensaísta, para tornar o diálogo mais vivo, mais próximo da linguagem falada, e prender a atenção do leitor: são geralmente pequenos comentários ou interpelações ao discurso do Libertário, sob a forma de curtas frases.

Quanto às passagens transcritas das entrevistas de Ferro, Sérgio selecciona-as aqui e acolá, não na sequência em que se

C³) Nomeadamente nas «Notas de Política», *Ensaio III*, Lisboa, Sá da Costa, 2.^a ed., 1980, p. 148 e p. 155 (1.^a ed., Renascença Portuguesa, 1932). Um dos artigos incluídos nesse volume — «Reforma do Legislativo» —, escrito em Paris em Junho de 1929, já tinha sido publicado em *A Águia* de Jan./Fev. de 1932, e na *Seara Nova* n.º 293, de 7.4.1932.

encontram no livro *Salazar o homem e a sua obra*, mas sim pelo carácter polémico que têm, de acordo com os temas que mais lhe interessa debater e escarpelizar, sendo-lhe indiferente a organização que aquele jornalista lhe dera.

2. Principais temas e ideias do «Libertário».

2.1. O problema da censura.

Não é por acaso que o Libertário começa por abordar o problema da censura, dando precisamente como exemplo, o caso de um amigo seu (trata-se evidentemente de António Sérgio) que foi proibido de transcrever na revista de que era director, a *Colheita Nova* (referência velada à *Seara Nova*), as listas de créditos extraordinários que o então ministro das finanças (Sinel de Cordes) fraudulentamente concedia a particulares, e que tinham até sido publicados no *Jornal Oficial* (Diário de Governo). É que foi essa mesma censura que impeliu Sérgio para a oposição decidida ao Estado Novo.

Outro exemplo que o Libertário refere do facciosismo desta instituição é o apoio dado às calúnias que dois jornais reaccionários, um dos quais «católico», tinham lançado sobre um amigo — de novo Sérgio — louvando as violências feitas por um grupo de integralistas, no Teatro de S. Carlos, aquando de uma conferência sua⁽¹⁴⁾.

Assim como a censura está sujeita ao livre arbítrio dos censores, tal acontece com toda e qualquer autoridade que não possa ser criticada, o que prova por si só a «necessidade da democracia» e da doutrina democrática⁽¹⁵⁾.

2.2. Os meios e os fins. As reformas políticas.

Esclarecendo a confusão que o Estadista faz entre o ideal democrático e os órgãos da democracia, entre meios e fins, o Libertário salienta a necessidade de aperfeiçoar estes órgãos, como *meios* para atingir aquele ideal, que considera «eterno, porque deriva da estrutura da consciência humana. A razão exige-o como fim; a experiência, depois, selecciona os meios, aperfeiçoa os órgãos»⁽¹⁶⁾. O que significa que a doutrina de-

⁽¹⁴⁾ Tratava-se da conferência «O Clássico na educação e o problema do Latim», proferida por Sérgio em Maio de 1926 naquele salão, e publicada nos *Ensaio II*, em 1929.

⁽¹⁵⁾ «Diálogos de Doutrina Democrática», *Democracia*, Lisboa, Sá da Costa, 1.^a ed., p. 5.

⁽¹⁶⁾ *Ob. cit.*, p. 7.

mocrática é imanente à própria consciência, é inata, constitui algo de adquirido aprioristicamente.

A ideologia democrática assenta, pois, num racionalismo de cariz idealista, na medida em que promana da «estrutura da consciência» (note-se que o termo *estrutura* é aqui empregue em sentido abstracto) e é a razão que dita os seus objectivos. E quais são os «fins supremos», eternos, para os quais aponta a razão? Trata-se da «igual dignidade» para todos os homens, do «governo do povo pelo próprio povo», enfim, do ideal cristão dos Evangelhos⁽¹⁷⁾.

O Libertário prossegue então, esmiuçando as contradições em que o Estadista cai, e, depois de expor a sua concepção de democracia — concepção total, em que o político é indissociável do económico, do social e do moral, como veremos — concretiza quais as reformas indispensáveis para renovar e melhorar o funcionamento do regime democrático: a instituição do círculo único para combater o caciquismo, limitações dos tempos de discussão dos projectos, orçamentos, e interpelações no parlamento para evitar «a morosidade» dos debates e o «paleio estéril», dificultar a aprovação de votos de desconfiança ao governo, etc.⁽¹⁸⁾.

Este conjunto de medidas seria tomado por um governo de esquerda, excepcional e transitório, que apoiaria a formação e o desenvolvimento das cooperativas de consumo, lançando deste modo as bases da democracia social.

Tal projecto opõe-se ao simulacro de República que era o regime de Salazar, vigorosamente denunciado por Sérgio: «Regime 'republicano' sem liberdade, sem democratização progressiva da vida pública, do crédito, da economia, da educação; sem fiscalização do governo pelo povo; sem possibilidade de criticar a autoridade, ainda que se obedeça à autoridade; regime 'republicano' sem marcha para a esquerda, numa palavra — não o considero eu como republicano»⁽¹⁹⁾.

A proposta sergiana de uma ditadura reformadora, extraparlamentar e de carácter provisório, permanece, no entanto, vaga e pouco explícita, nomeadamente no que respeita aos meios a que deveria recorrer para levar a cabo a construção da democracia social.

É certo que Sérgio põe a tónica no espírito de esquerda, que deverá nortear a política do governo excepcional e na brevidade da sua existência (...férias de uns meses ao par-

C) • *Ob. cit.* pp. 7-8.

(18) » » pp. 9-10.

O » » p. 11.

lamento): não poderemos, pois, acusá-lo de ambiguidade e, muito menos, de cedência de «argumentos ao fascismo», como dá a entender Fernando Farelo Lopes, num artigo recente (20). E se o projecto de «governação excepcional» não é muito claro quanto aos meios práticos, quanto às políticas sectoriais de que se socorreria, a verdade é que, os seus objectivos são bem precisos e inequívocos: melhorar o funcionamento do regime de democracia política através de uma reforma radical do parlamento, desenvolver a democracia social pelo cooperativismo, em suma, «democratizar mais a fundo uma democracia».

Não esqueçamos, evidentemente, que, nas referências que faz à ditadura, anteriores à edição original dos *Diálogos* (designadamente no artigo «Sobre o julgamento do 18 de Abril» da *Seara Nova* de 24.10.1925), ainda não figura a componente do cooperativismo, que Sérgio só viria a incorporar mais tarde, no seu exílio em França. De qualquer modo, ainda antes do 28 de Maio, a demarcação em relação à ideia fascizante de ditadura, parece ser, da parte do ensaísta, uma preocupação primordial.

2.3. *A liberdade e a autoridade.*

Um tema frequentemente abordado e retomado nos *Diálogos* é o da relação entre a liberdade e a autoridade, o da posição do indivíduo perante o estado.

«A autoridade só se justifica... quando é um meio para a liberdade» que é «o maior bem duma pessoa, dum ser espiritual» (21), diz o Libertário de acordo com a concepção cristã no Evangelho de S. Lucas, de que cita duas passagens.

Para Sérgio, a liberdade é inerente ao homem e é sobretudo uma noção de carácter moral e espiritual, como o eram a de Proudhon e Antero. O acto de libertar é associado à «verdadeira missão divina» e às acções de «civilizar-se», e de «julgar o governante legítimo» (22).

Mas a liberdade, que só poderá efectivar-se através da democracia social, da igualdade e da fraternidade, está também ligada a determinadas camadas sociais: o povo e os trabalhadores («liberdade do povo»; «liberdade dos trabalhado-

(20) Fernando Farelo Lopes, «O Liberalismo Decadente da 'Seara Nova' (algumas hipóteses)», *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Fac. de Letras de Lisboa, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 156-159.*

(21) *Diálogos...* p. 21.

(22) *Ob. cit.*, p. 22, p. 25, p. 26.

res») (23). E o Libertário enuncia a «Regra absoluta da alma livre: nunca aclamar um senhor governante, seja este liberal ou não seja; por maioria de razão, nunca ser tímido diante dele, não sentir por ele 'instintivo respeito' ou 'temor aflitivo' ante o seu contacto: mas conservar uma atitude desprendida, crítica, ainda que concordemos com a sua obra, ainda que o ajudemos na sua acção» (24).

Perante o poder preconiza, pois, uma atitude não emotiva, serena, reflectida, essencialmente crítica e de fiscalização da prática dos governantes (noter-se que os *Diálogos* são o próprio exemplo vivo desta atitude mental).

Sérgio demarca-se do Estado Novo e do estado bolchevista, ambos estados fortes, que na sua opinião utilizam meios violentos, desprezando a «liberdade individual no campo moral, jurídico e político» (25), mas não deixa de lembrar os seus pontos de contacto com o bolchevismo: na «inspiração social» e na atitude anticapitalista.

A crítica ao regime soviético centra-se em dois pontos: o reforço do aparelho de estado que se verificou na U.R.S.S. e a utilização de meios violentos por parte dos seus dirigentes.

Ora para Sérgio, tal como para Antera, o fundamental na construção da sociedade nova é que os meios a pôr em prática sejam conformes com os objectivos a atingir, com a moral democrática (26).

E o seu humanismo reformista leva-o a distinguir «os que são absolutos por acidente e os que o são por objectivo e por sistema». Dos primeiros aponta como exemplos as ditaduras de Mouzinho da Silveira e a Convenção francesa. Dos segundos a monarquia absolutista de Luís XIV.

2.4. O *socialismo cooperativista*.

A alternativa aos regimes de estado forte que emergiram da profunda crise da sociedade capitalista, encontra-a o ensaísta no socialismo cooperativista, «antiestatal», «liberal ou libertário» (27), (note-se que os adjectivos *liberal* e *libertário* são aqui empregues como sinónimos, embora não o sejam: libertário é sinónimo de anarquista), em que coexistem, como hoje diríamos, três sectores económicos (Sérgio emprega o conceito de *regimes de economia*): as cooperativas de consu-

(23) Ob. cit. p. 25, p. 31.

(24) » » p.24.

(“) » » p.28.

(“) ' » » p.28.

(21) » » p.35.

mo «para a alimentação, a habitação, o vestuário» etc., a «régie cooperativa para os grandes serviços públicos» como os correios, os transportes etc., e a iniciativa privada, «nara as pequenas indústrias especiais» ⁽²⁸⁾.

Sérgio define o cooperativismo como «o regime económico em que é soberano o consumidor», como «o sistema» em que a produção satisfaz apenas as necessidades do consumidor, «sem lucro para pessoa alguma» ⁽²⁹⁾.

Um dos objectivos do cooperativismo é «fazer desaparecer gradualmente — e com a maior suavidade de processos— o Capitalista, o Vendedor e o Lucro» ⁽³⁰⁾. E como as cooperativas, organizadas numa grande Confederação, pertencem aos próprios operários que produzem tudo para os sócios, os produtos são *distribuídos* (e não *vendidos*) pelo custo da sua produção ⁽³¹⁾.

Aplicando à vida política o princípio da hegemonia do consumidor na vida económica, que se realiza no voto individual de cada consumidor na cooperativa, chega-se ao regime político da democracia, à eleição dos deputados pelos votos individuais.

Por outro lado, o cooperativismo «é a aplicação do ideal democrático no campo da administração da vida económica» ⁽³²⁾. Daí que Sérgio considere a democracia política indissociável da democracia económica.

O projecto cooperativista implica uma «socialização prudente» dos mais importantes meios de produção, levada a cabo não pelo estado, mas sim pelas cooperativas de consumo, organizadas em federações nacionais.

O estado deve limitar-se a apoiar os cidadãos neste processo, restringindo-se as suas funções a um «auxílio técnico, legislativo, financeiro e educativo», a uma intervenção nas expropriações e indemnizações, à contratação de técnicos para a administração das cooperativas. Tudo isto através de um Ministério da Cooperação, que é identificado com uma Junta de Organização Cooperativa ou Directoria Geral da Cooperação no Ministério do Trabalho e dos Seguros Sociais. E Sérgio insiste que na Democracia Cooperativa o estado não passa de uma «associação como outra qualquer e de natureza essencialmente caduca» ⁽³³⁾, que deve *ajudar* e não *criar*.

⁽²⁸⁾ Ob. cit. pp. 31-32.

⁽²⁹⁾ » » p.67.

⁽³⁰⁾ » » p.62.

⁽³¹⁾ » » p.65.

⁽³²⁾ » » p.78.

O » » p.67.

Mas será que o papel do estado é, no fim de contas, tão limitado, tão passivo como o autor nos pretende fazer crer? Afinal a «assistência técnica, financeira e pedagógica» que ele próprio considera «absolutamente indispensável»⁽³⁴⁾, não será decisiva, diríamos mesmo determinante, para o desenvolvimento da economia cooperativa?

E como se articula a ajuda do estado com as funções da Federação das Cooperativas? A dependência económica e tecnológica em relação ao estado, não tornaria o papel deste imprescindível?

Parece-nos ser neste ponto, ao subestimar o peso real e a importância do aparelho de estado na sociedade, bem como ao menosprezar as questões políticas, que reside o carácter utópico da teoria sergiana.

Segundo o autor dos *Diálogos* o cooperativismo vai-se desenvolvendo no seio do próprio sistema económico capitalista, substituindo progressivamente os seus mecanismos, de uma forma pacífica.

Com o desaparecimento gradual do lucro, da concorrência e dos capitalistas, é o próprio estado que se irá atrofiando.

Os sindicatos deixam, então, de ter razão de ser: os trabalhadores participam na gestão económica e os conflitos sociais esbatem-se progressivamente, até ao desaparecimento das classes.

Neste antiestatismo, fortemente marcado pela doutrina liberal clássica e pelos socialismos utópicos, resulta, no entanto, pouco explícita a articulação com o projecto da ditadura reformadora e transitória a que já nos referimos.

O socialismo cooperativista, que se demarca do «socialismo de estado», das escolas que visam «matar o capitalismo à força de pancadas que são decretos, com as armas políticas de que dispõe o estado»⁽³⁵⁾ revela uma forte influência de Antero e de Proudhon.

Como Antero, Sérgio concebe o económico em função dos objectivos morais. A virtude, o amor da liberdade e da livre iniciativa do indivíduo, o amor do próximo, a recusa dos meios violentos, a sintonia com os ideais do cristianismo original, são características comuns do socialismo dos dois pensadores.

⁽³⁴⁾ *Ob. dt.*, p. 37.

⁽³⁵⁾ » » p. 35.

O aspecto em que Sérgio vai mais longe do que os seus precursores, é quando desenvolve o conceito de federação económica que, segundo ele, estava pouco precisa nas obras daqueles teóricos. É aqui que intervém uma outra influência no seu pensamento; a da chamada escola de Nîmes de que Charles Gide ⁽³⁶⁾ foi um dos fundadores e um dos principais mentores.

Para Charles Gide, era imprescindível que as cooperativas se agrupassem a fim de criar, com os seus fundos de reserva, grandes lojas por grosso, que permitissem uma progressiva auto-suficiência dos seus associados. Os objectivos a atingir, seriam numa primeira fase a substituição do comércio, depois da indústria capitalista, e, por fim, da grande propriedade capitalista. Tal é também o plano de transformações exposto nos *Diálogos*.

2.5. *A reforma agrária.*

Criticando a confusão que o Estadista faz entre «grande exploração» e «grande propriedade», o Libertário propõe, no Diálogo Terceiro, uma reforma agrária cujos objectivos, salienta, são sempre «morais, as razões da justiça» ⁽³⁷⁾: organizar os pequenos e médios proprietários em cooperativas de crédito e de consumo, admitindo também a criação de herdades colectivas. A reforma deveria ser orientada por uma Junta de Reforma Agrária para resolver «cientificamente» cada caso concreto no que respeita a indemnizações e ao apoio do estado.

Sérgio baseia este projecto na teorização dos cooperativistas franceses, adaptando-a evidentemente aos problemas estruturais da nossa agricultura, que já tinham sido apontados por economistas do séc. XVII como Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. Tais autores já chamavam a atenção para a necessidade de uma política de fixação, de apoio à colonização do Alentejo por parte do estado.

⁽³⁶⁾ Charles Gide (1847-1932) professor de Economia Política nas Universidades de Bordéus, Montpellier e Paris, no College de France, onde leccionou uma cadeira de Cooperação (1919-1930), e noutros estabelecimentos de ensino, contribuiu com a sua doutrina para a unidade da cooperação em França em que se notou uma forte tendência para a despolitização, desde cerca de 1912. Publicou várias obras, entre as quais *Cooperation* (1900), *Histoire des Doctrines Économiques* (1909), *Les Sociétés Cooperatives de Consommation* (1910), etc..

⁽³⁷⁾ *Diálogos...* pp. 40-41.

2.6. A instrução.

Além da assistência técnica, a reforma agrária encontra um complemento indispensável numa «verdadeira instrução primária» que não se limita a ensinar a ler, escrever e contar, mas que educa o cidadão para a liberdade e para o trabalho cooperativo⁽³⁸⁾.

A futura escola rural deve basear-se nas necessidades concretas dos lavradores e integrar-se no meio para formar o «agricultor - cidadão», ou seja, o lavrador que conscientemente intervém na «cousa pública».

Sérgio preocupa-se, sobretudo, com a criação de uma nova mentalidade dos professores, com a modificação dos programas das escolas normais, nos quais deverão ser introduzidas a pedagogia, a psicologia, o estudo da agricultura, da economia rural e o inglês.

Opondo-se ao obscurantismo salazarista, este programa de alfabetização é traçado com o objectivo bem explícito de alargar as elites que, segundo o autor, eram demasiado restritas em Portugal, de seleccionar os mais inteligentes numa base mais larga.

Em última análise, o progresso da grei depende da cultura das elites.

Pela importância que atribui à educação do povo, à instrução primária, pelos métodos que propõe de participação *activa* do aluno, de *self-government* escolar, Sérgio enquadra-se na corrente da pedagogia liberal em que o pedagogo norte-americano John Dewey⁽³⁹⁾ não terá deixado de exercer notável influência.

⁽³⁸⁾ Ob. cit., p. 46.

⁽³⁹⁾ John Dewey (1859-1952), pedagogo e filósofo norte-americano. Criou uma escola experimental na Universidade de Chicago (1894-1904), onde pôs em prática a sua concepção de educação: introduziu as ocupações activas na acção individual e em cooperação de grupo, para que a escola se inserisse na sociedade, tentando atingir três objectivos: 1. Ligá-la intimamente ao lar e ao meio ambiente da criança; 2. dar à História, à Ciência, e à Arte um valor positivo e real na sua vida; 3. praticar a leitura, a escrita e o cálculo, com base na experiência e nas ocupações quotidianas. Inicialmente adepto de um idealismo neo-kantista, veio a desenvolver mais tarde uma filosofia pragmatista, baseada na teoria de W. James. Escreveu uma imensa obra, da qual destacamos: *My Pedagogical Creed* (1897), *Ethics* (1908) e *Democracia e Educação*.

Por outro lado, ao projecto de criação de uma instrução primária superior—com o objectivo de formar quadros intermédios, dotando-os de uma cultura geral e de uma especialidade técnica — não é estranho o conhecimento da experiência das chamadas escolas de continuação alemãs, criadas por Kerschensteiner ⁽⁴⁰⁾.

2.7. *A moral democrática. O idealismo ético.*

Pode dizer-se que, no discurso do Libertário, as razões e os fins de ordem moral, são uma constante, frequentemente invocados, explícita ou implicitamente.

Assim, o Libertário fala da «preeminência das razões morais», considera-as, como vimos, as principais razões da reforma agrária — associando-se às «razões de justiça»—, afirmando que, «a emancipação económica não passa.... de um simples meio de emancipação moral» ⁽⁴¹⁾.

A noção de moral associa-se às noções de *espírito*, *alma* e *ordenação intrínseca da consciência*, opondo-se a conveniência política, a matéria, a cousas, a ordenação coisista, material, visível, à chamada «aberração jesuítica», que sacrifica os valores de ordem moral à obediência do espírito.

No domínio económico, opondo-se ao lucro, que está na origem da «perversão das almas», que «desmoraliza os homens», a «vida moral exige» a «liberdade do trabalhador», a sua «participação na direcção económica» ⁽⁴²⁾.

Para além destas referências explícitas à moral, os *Diálogos* estão eivados de toda uma série de valores éticos e de normas de conduta. A partir de uma raiz doutrinal, o princípio essencial da Democracia — o respeito pela dignidade da pessoa humana — o Libertário desenvolve no Diálogo Quarto— «Do Maquiavelismo e do Jesuitismo» — um discurso em que os valores e normas que os verdadeiros democratas deverão adoptar, se opõem ao maquiavelismo e ao jesuitismo, padrões de comportamento característicos dos jesuítas, tiranos, mandões, fascistas, e, também dos falsos democratas.

É interessante confrontar em duas colunas estes «corpos» de valores e regras morais (vide Apêndice A, p. 74), em

⁽⁴⁰⁾ Vide «Um inquérito», *Seara Nova*, n.º 300, 26.5.1932.

⁽⁴¹⁾ *Diálogos...* pp. 40-41.

⁽⁴²⁾ *Ob. cit.*, p. 76.

que as posições, as associações e identidades de conceitos se tornam nítidas: na coluna da esquerda, inscreveram-se os preceitos e valores da moral democrática; na da direita, as atitudes jesuíticas e maquiavélicas, caracterizadas e julgadas, como é óbvio, do ponto de vista ético, por Sérgio. Sublinhámos os termos que exprimem de algum modo valores morais, opostos ao jesuitismo e ao maquiavelismo (só os três primeiros termos foram sublinhados pelo autor).

Esta teorização não se limita a estabelecer determinados princípios ideológicos por oposição ao jesuitismo e ao maquiavelismo. Sérgio prescreve, como moralista, todo um conjunto de atitudes e comportamentos aconselháveis, segundo a doutrina democrática.

Subjacente a esse corpo de preceitos, encontra-se um padrão de vida, uma maneira de estar no mundo, uma determinada coerência conforme com o ideal dos Evangelhos, com o exemplo de Cristo. Por isso, Sérgio não pode poupar a incoerência dos democratas que não são verídicos, e muito menos a «aberração jesuítica». Por isso demarca-se frequentemente desses falsos democratas, de certos moralistas que se deixaram seduzir pelos vícios materiais, pela «conveniência política», pela «ideia de passar por cima de tudo». (Para acentuar essa demarcação, antepõe o adjetivo *verdadeiro* aos nomes democrata e moralista).

Lembre-se que são também questões morais — questões de justiça—que constituem a pedra de toque para o ensaísta distinguir os homens de esquerda dos homens de direita: o homem de direita é o «que mostra a preocupação constante em não desagradar aos poderosos», enquanto o de esquerda «em questões de justiça, não se importa de desagradar aos poderosos, à Alta Traficância, à Ganância Alta... não deixa tudo para as calendas gregas»⁽⁴³⁾.

Estabelecendo um código de condutas sistematizado, o autor dos *Diálogos* acaba no entanto por cair em certos juízos de valor taxativos, e por resvalar num acentuado maniqueísmo («doutrina boa», «doutrina péssima», «mau democrata», «maus católicos», etc.).

Mas voltemos à questão da raiz doutrinal, das origens do ideal democrático. Uma das ideias-chave do Libertário é expressa, quando refutando a comparação que o Estadista

⁽⁴³⁾ Ob. cit., p. 43.

faz entre as escolas políticas e as escolas literárias — na sua opinião seriam ambas passageiras — aquele lhe responde que essa comparação não se pode aplicar ao «ideal democrático» que é «eterno». Mais à frente, depois de se declarar várias vezes idealista, o Libertário volta a abordar a questão da origem das teses da democracia, que tal como em Antero, procedem da «Revelação da Consciência». Isto é, constituem algo de absoluto e universal, algo de referente ao «Eu espiritual, originário e puro». E é uma «dedução filosófica e idealista que leva da análise da consciência até à política da democracia»⁽⁴⁴⁾.

Infelizmente, porém, não aprofunda mais o problema, deixando o leitor pouco esclarecido. Afinal como se processa esta dedução filosófica, como se opera a passagem da análise da consciência aos princípios democráticos? Compreendemos melhor esta explicação, quando Sérgio afirma que a democracia é a «tradução política do Evangelho», que o seu ideal é «homogéneo com o da religião cristã», que, «tem o carácter de uma religião», ou ainda quando aceita e recupera a noção de «mística democrática», a que se referira o Estadista⁽⁴⁵⁾.

2.8. *A concepção de civilização.*

Também no que respeita ao conceito de civilização, Sérgio diverge profundamente da concepção eclética e tradicionalista de Salazar: reclama-se do verdadeiro cristianismo, da noção de civilização interior do Novo Testamento, em sintonia com o lema da Revolução Francesa: Fraternidade, Igualdade, Liberdade (Sérgio inverte a ordem dos termos para frisar que a Liberdade só é alcançável através da Fraternidade e da Igualdade).

Confrontemos, seguindo o discurso do Libertário, as duas ideias opostas de civilização:

O Ob. eit., p. 76.

⁽⁴⁶⁾ » » pp. 7, 10, 75.

Os diálogos de doutrina democrática

LIBERTÁRIO

- ideia de civilização interior que domina nos Evangelhos, com as seguintes virtudes aplicáveis no cooperativismo:
 - * veracidade
 - * fraternidade
 - * igualdade
 - * amor ao próximo como a nós mesmos
- ideia de civilização de natureza francamente
 - * cristã
 - * interior
 - * dinâmica
 - * racionalista
- novo tipo de civilização/Sociedade de Nova; fundado
 - * nos princípios do amor fraterno
 - * nele será possível o ser verídico
- **Religião do Novo Testamento (*)**
 - * universal
 - * espiritualista
 - * de liberdade
 - * de paz

ESTADISTA

- simples conservação da sociedade passada ou
- simples combinação de cousas passadas e escolhidas em diferentes épocas: séc. XVII, Idade Média, Roma, etc.
- por meio de jogos malabares mais ou menos maquiavélicos e graças a uma confusão inextricável de palavreados contraditórios;
- **Religião do Antigo Testamento:**
 - * nacional
 - * materialista
 - * de servidão
 - * de luta

Esta concepção de civilização racionalista e mística, na encruzilhada da moral cristã com a tradição liberal, remete-nos para a posição que Sérgio adopta perante a religião cristã e perante os «transviados», os «maus católicos», os católicos reaccionários. O seu objectivo essencial é recuperar o «verdadeiro» espírito religioso, purificar os ideais do cristianismo, tão adulterados pelos católicos de direita. Por isso, denuncia veementemente a apropriação abusiva que eles fazem do catolicismo, com fins meramente políticos, de ordem material. Na sua opinião, só os ideais democráticos, de esquerda se coadunam com a moral cristã.

(*) Sérgio associa o contraste entre os dois conceitos de civilização com o contraste do Novo Testamento com o Antigo Testamento.

Antonio Sergio

«A simplicidade de expressão só se atinge por um complexo, difícil trabalho de arquitectura, feito numa massa complexa de produtos espirituais.... O difuso e redundante não são riqueza de conteúdo: são pobreza de ordenação. Existe a simplicidade rica, como existe a complexidade pobre.»

António Sérgio, *Ensaio III*, Lisboa, Sá da Costa, 2.^a ed., 1980, p. 245.

«...quando se trata de confrontar teorias, analisando-as e discutindo-as, a forma dialogal é a mais cara, a mais simples, a mais directa, já que cada uma de tais doutrinas se expressa por cada um dos interlocutores.»

António Sérgio, *Ensaio V*, Lisboa, Sá da Costa, 1.^a ed., 1973, p. 123.

III. AS ALTERAÇÕES E ACRESCENTOS MANUSCRITOS (1945?/
/1958?)

1. *Os critérios utilizados.*

O estudo comparativo da versão original do texto (1933), com as alterações que posteriormente foram introduzidas por António Sérgio, constitui um meio privilegiado para o estudo da evolução do seu pensamento e das formas de expressão que utiliza.

Tal análise pode ser bastante elucidativa acerca das preocupações mais «reconditas» do criador do texto, da vigilância crítica que exerce sobre si próprio, das particularidades de expressão que prefere.

Levantam-se, porém, alguns problemas numa abordagem comparativa deste tipo. Como analisar um número total de 431 anotações manuscritas introduzidas por Sérgio no seu exemplar dos *Diálogos de Doutrina Democrática*? Como abordar tão elevado número de correcções — supressões ou variantes — e acrescentos, na sua imensa diversidade, naquilo que respeita ao sentido que lhes está subjacente, ao objectivo ou objectivos que nortearam o ensaísta, quando decidiu redigi-las?

Após um levantamento sistemático de todas as anotações, devidamente integradas nos respectivos contextos — única maneira de as entender na complexidade das suas implicações — procedemos a uma classificação exaustiva dos registos manuscritos, de acordo com uma grade em que incluímos os diversos tipos de transformações, segundo os objectivos visados.

Os diálogos de doutrina democrática

Qual (is) o (s) critério (s) para considerar a existência de uma anotação?

Do ponto de vista da extensão das anotações, optámos por considerar indiscriminadamente todas as alterações e acrescentos, independentemente de constituírem uma só palavra, frase ou texto, mais ou menos longo. Critério discutível, certamente. Mas estamos em crer que, uma eventual classificação das anotações consoante a sua extensão (poder-se-ia por exemplo distinguir três grupos: palavras, frases e textos) introduziria uma certa margem de indefinição, na medida em que, por vezes, é extremamente difícil delimitar rigorosamente os conceitos de *frase* e de *texto*. Vários critérios poderiam então ser utilizados para classificar os «casos difíceis», uma vez que existem várias noções de frase e texto.

Por outro lado, resolvemos não discriminar as variantes, as supressões e os acrescentos em análises independentes. Por diversas razões: 1. Há vários acrescentos que estão intimamente relacionados com variantes e/ou supressões, sendo impossível muitas vezes entrever o seu sentido, os seus objectivos, sem ter em conta a alteração, ou alterações que os antecedem (é o caso da 3.^a variante do texto n.º 1 que incluímos no Apêndice D, p. 79). 2. Quer as variantes, quer as supressões e acrescentos, obedecem em grande parte aos mesmos tipos de objectivos e preocupações do autor. 3. Finalmente, não sabemos com precisão quando foram redigidas a maior parte das anotações. Se há acrescentos que foram introduzidos na sequência de certas variantes, adequando o discurso ao «espírito» destas, ou vice-versa, se outros podem ser facilmente datados, ainda que com alguma margem de incerteza— como é o caso do que faz referência ao estado do Ghana ⁽⁴⁶⁾, assim designado desde a independência em Março de 1957, ou da referência ao bispo do Porto, como exemplo de um verdadeiro católico ⁽⁴⁷⁾,— a verdade é que, a esmagadora maioria das anotações oferece grandes dificuldades quanto à sua datação, ou é totalmente impossível datá-las com exactidão.

Tudo nos leva a crer, de acordo com Augusto Abelaira e Idalina Sá da Costa, que tenham sido elaboradas em dois momentos diferentes ⁽⁴⁸⁾.

O primeiro foi, certamente, no rescaldo da vitória dos aliados em Maio de 1945: o Estadista, numa das suas intervenções, na versão original, refere-se a um discurso «pronun-

^C) *Ob. cit.*, p. 24.

ⁿ) » p. i3.

⁽⁴⁸⁾ Vide «Da presente edição», *Democracia...* p. IX-X.

ciado por Mussolini há mais de dez anos», passagem esta que viria a ser alterada para «há mais de vinte anos»⁽⁴⁹⁾. Ora esse discurso foi, muito provavelmente, proferido pelo *duce* em Outubro de 1922, pouco antes da marcha sobre Roma. Pensamos que a anotação deve ter sido escrita em 1945, talvez entre Setembro, quando o governo anunciou eleições livres e dissolveu a Assembleia Nacional, e Novembro (mês das eleições). Lembre-se que durante a campanha eleitoral em que participou o MUD, a actividade da censura diminuiu bastante, embora por um curto espaço de tempo. É natural portanto que Sérgio tivesse pensado então na hipótese de publicar os *Diálogos*. Pouco depois, voltava a intensificar-se a feroz repressão às tentativas dos democratas para fazerem ouvir a sua voz.

O segundo momento, foi sem dúvida aquando do lançamento da candidatura de Humberto Delgado⁽⁵⁰⁾, como parecem querer indicar as já aludidas referências ao estado do Ghana, e ao bispo do Porto. Por outro lado, a atribuição nas anotações do nome de Manuel ao Estadista, bem como as formas de tratamento familiar que geralmente o acompanham, são muito próximas das utilizadas no *Pátio das Comédias*. Ora nesta obra, igualmente em forma de diálogo, publicada em 1958, existe uma personagem chamada Manuel, doutor de Coimbra, que também encarna o ditador Salazar, e abundam expressões e formas de tratamento próprias da linguagem familiar.

Estamos pois em crer que, pelo menos aquelas anotações dos *Diálogos* tenham sido redigidas na altura da elaboração do *Pátio das Comédias*. Para isso aponta, ainda, um lapso em que o Libertário trata o Estadista por «meu sobrinho», forma utilizada pela Tia Joaquina do *Pátio das Comédias*.

Torna-se assim, como é óbvio, impossível classificar as anotações de acordo com a data em que foram feitas.

Ao proceder à sua interpretação deparámos com outros problemas de método. Referimo-nos à dificuldade em classificar algumas delas segundo os objectivos que se foram definindo por diversos tipos, à medida que prosseguíamos o nosso inventário das transformações feitas pelo autor.

Na verdade, muitas variantes e acrescentos obedecem a mais do que um objectivo. É o caso da interpolação a uma passagem em que o Libertário denuncia o propósito do Estadista

⁽⁴⁰⁾ *Diálogos*, p. 79.

⁽⁵⁰⁾ Segundo Oliveira Marques, a candidatura de Delgado, terá sido pressionada por António Sérgio. Vide *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas ed., p. 397.

de apenas pretender «fazer homens de iniciativa mas só com iniciativa económica, crematística para fazer dinheiro *[e sabe-se que o teu regime se caracteriza pela existência dos tubarões voracíssimos, que significa o auge do predomínio do Alto Tratantismo em Portugal]*»A⁽⁵¹⁾. Este acrescento visa simultaneamente, explicitar melhor a ideia anterior, dando o exemplo concreto do «regime económico» do Estado Novo, reforçar a denúncia da contradição em que o Estadista cai, querendo apenas «valores sociais autónomos» no campo da economia e não no da política, e também tornar mais vivo o discurso, recorrendo a termos de linguagem familiar.

Optámos por incluir estes casos no tipo de objectivo considerado mais importante. No exemplo dado é, nitidamente, o de reforçar a denúncia da política económica de Salazar.

Mas começemos por proceder a uma primeira abordagem de conjunto da distribuição das anotações pelo texto.

2. *Distribuição quantitativa das anotações pelos seis diálogos e pelos discursos do Libertário e do Estadista.*

As anotações manuscritas, (num número total de 431 variantes, supressões e acrescentos), introduzidas na edição original, encontram-se muito desigualmente distribuídas ao longo da obra.

Limitamo-nos a comentar brevemente os números mais significativos, para uma compreensão da prática de auto-disciplina crítica que Sérgio exercia sobre os seus textos.

Naquele total — no qual se incluem 162 acrescentos — verificámos que:

1. A maioria das anotações (254, ou seja, cerca de 59%), foi introduzida nos dois primeiros diálogos.

2. A esmagadora maioria (416 anotações) encontram-se, como é natural, no discurso do Libertário, enquanto que nas intervenções do Estadista — na sua maior parte citações transcritas das respostas de Salazar às entrevistas de António Ferro — só detectámos 15.

Embora nos pareça óbvio e natural que se verifique este desequilíbrio na persistente prática crítica do autor, não será extemporâneo realçar que as pequenas (pequenas quer no que respeita ao quantitativo, quer ao significado) correcções no discurso do Estadista, são um indício evidente de que o autor dos *Ensaio*s não viu, passados que foram mais de

(B¹) *Diálogos...*, p. 31.

vinte e cinco anos entre a primeira edição dos *Diálogos* e a data das últimas anotações (1958), necessidade de alterar, significativamente, a linguagem e o pensamento do ditador, que permanecem no seu implacável imobilismo, durante a longa existência do Estado Novo.

3. Nota-se um certo «abrandamento» da vigilância de Sérgio sobre os últimos diálogos, patente não só numa acentuada diminuição da frequência das anotações — nos quatro últimos Diálogos, que ocupam cerca de 45 páginas, só encontramos 155, enquanto nos dois primeiros, que ocupam cerca 32 páginas, há 276 anotações — mas também em certos lapsos em que incorre, como por exemplo, quando o Libertário trata o Estadista por «Miguelzinho»⁽⁵²⁾, por «meu sobrinho»⁽⁵³⁾, ou quando, no princípio do Diálogo V, faz preceder os nomes das personagens por artigos definidos (O Estadista, O Libertário).

Tal abrandamento, verifica-se também na ausência de correcções, que seria «natural» que fossem introduzidas, para se adequarem às anotações anteriormente feitas. Exemplos destes «silêncios» do autor são, nomeadamente, os casos em que mantém o conceito de *interior* («disposição interior dos homens»; «melhoramento interior») relativamente ao espírito, (conceito esse que substituíu, como veremos, noutras passagens) ou quando não actualiza uma pequena passagem acerca da repressão da ditadura de Mussolini e do regime nazi alemão aos sociais democratas: «dá--se caça aos sociais democratas nas margens do Tibre e para lá do Reno»⁽⁵⁴⁾.

4. O Diálogo Quinto contém apenas 5 alterações, sem dúvida, devido ao facto de já ter sido publicado na *Seara Nova*, em finais de Abril de 1933, e depois cuidadosamente corrigido para a edição original dos *Diálogos*⁽⁵⁵⁾.

⁽⁵²⁾ Ob. cit, p. 18.

⁽⁵³⁾ » » p. 41, p. 69 e p. 81.

⁽⁵⁴⁾ » » p. 74.

⁽⁵⁵⁾ Repare-se também que este é o único diálogo em que a primeira personagem a intervir é o Estadista.

Os diálogos de doutrina democrática

**DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DAS ANOTAÇÕES PELOS
DIÁLOGOS E PELAS INTERVENÇÕES DO «LIBERTÁRIO»
E DO «ESTADISTA»**

	Correcções		Acrescentos		Totais
Discursos Diálogos	Discurso do «Libertário»	Discurso do «Estadista»	Discurso do «Libertário»	Discurso do «Estadista»	
Diálogo Primeiro	91	3	52	—	146
Diálogo Segundo	68	1	61	—	130
Diálogo Terceiro	33	1	23	—	57
Diálogo Quarto	41	2	18	—	61
Diálogo Quinto	1	2	2	—	5
Diálogo Sexto	20	6	6	—	32
TOTAIS	254	15	162	—	431

3. *Os diversos tipos de transformações.*

A grade classificativa que elaborámos inclui nove tipos de transformações do texto original:

1. Definição mais exacta das ideias; neste grupo distinguimos ainda dois sub-tipos, embora por vezes se tome pouco nítida a sua identificação;
 - 1.A explicitação de ideias
 - 1.B precisão de ideias ou conceitos
2. Reforço de ideias (ênfase);
3. Atenuação de ideias;

4. Não repetição de palavras, ideias ou sons; supressão de textos
5. Simplificações e alterações formais;
6. Introdução de palavras características da linguagem familiar;
7. Variantes características da linguagem cuidada;
8. Recurso à ironia ou ao humor;
9. Actualizações;

Descriminámos ainda, mais dois grupos de anotações que não constituem transformações, ou que levantaram problemas de fixação do texto aos organizadores da edição crítica das *Obras Completas*:

10. Lapsos do autor;
11. Correções cuja versão original é ilegível ou oferece dúvidas; frases escritas ao alto das páginas;

Nos apêndices finais, incluímos:

A. O confronto, em duas colunas, (a que já nos referimos) dos valores e regras da moral democrática, com os comportamentos característicos do jesuitismo e do maquiavelismo (ideias contidas nos Diálogos Quarto, Quinto e Sexto) (pp. 72-77);

B. O inventário das ideias e aspectos teóricos reforçados pelo autor, nas anotações manuscritas (pp. 77-78);

C. O inventário das ideias atenuadas (p. 78);

D. Uma amostragem dos diversos tipos de transformações que referimos, nos respectivos contextos (na coluna da esquerda, encontram-se as versões originais, entre barras no caso de terem sido substituídas, ou antecedidas por notas se foram suprimidas; na coluna central transcreveram-se os textos mais significativos da edição anotada, destacando-se entre parêntesis rectos os acrescentos; na coluna da direita registamos os objectivos das transformações verificadas da edição original para a versão anotada);

E. Uma listagem dos temas dos pequenos textos interpolados por Sérgio na edição original (p. 89);

Salvo indicação em contrário nas notas finais, as palavras colocadas entre parêntesis rectos nas citações que fazemos, correspondem aos acrescentos introduzidos por Sérgio.

3.1. Definição mais exacta das ideias

Registou-se neste primeiro grupo todos os casos (178, ou seja cerca de 41,3% do total), em que Sérgio procura precisar o significado de um termo ou de uma ideia, passando

Os diálogos de doutrina democrática

por vezes de um a vários significantes, ou simplesmente introduzindo uma preposição ou uma conjunção que clarificam o sentido das frases.

IA. Explicitação de ideias

Detectaram-se 43 casos de transformações, que têm por objectivo tornar as ideias mais inteligíveis, mais fáceis para o leitor comum.

Nas anotações, Sérgio introduz frequentemente exemplos concretos, que completam ou comprovam os seus raciocínios. É o caso da referência à primeira República (vide apêndice D, Texto n.º 1 p. 79), que é um exemplo de que «a democracia política e a democracia económica [se] pressupõem reeiprocamente»⁽⁵⁶⁾.

Por vezes especifica certas preposições gerais, desce de um nível mais abstracto, para o concreto. É o caso da explicitação da reforma política que visa «estabelecer condições muito severas para a aprovação dos votos de desconfiança, [só lhes dando efectividade 48 horas depois de haverem alcançado maioria na Câmara, se o grupo de deputados que votou a desconfiança puder apresentar nesse lapso de tempo uma lista completa para um ministério novo;»]⁽⁵⁷⁾.

Acrescenta predicados, em que os raciocínios se tomam menos abstractos do que nas versões do original, como por exemplo, quando explica em que consiste a «predilecção por um Estado forte [quer dizer, pela tirania dos magnates do Estado]»⁽⁵⁸⁾.

Acrescenta nomes, por vezes sinónimos: «a autoridade só se justifica pelo fim [ou obiectivo] que se propõe»⁽⁵⁹⁾; outras, identificações: «as principais razões de uma reforma agrária... são sempre para nós as razões morais [as razões de justiça]»⁽⁶⁰⁾.

Introduz comparações: é o caso da comparação entre o desenvolvimento do cooperativismo na sociedade capitalista e o desenvolvimento do capitalismo no seio da sociedade senhorial⁽⁶¹⁾.

Acrescenta pequenos textos como o que incluímos no Apêndice D (texto n.º 8), em que faz contrastar a prática de Cristo, com a dos homens do Estado Novo.

^(M) *Diálogos...*, p. 6; o acrescento é nosso.

⁽⁵⁷⁾ *Ob. cit.*, p. 10.

^(M) » » p. 27.

^(M) » » p. 21.

D » » PP- 40-41.

^(W) » » p. 34.

Substituí pronomes por nomes: «O dono de 10.000 hectares pode tratar aquele (*o homem*, na anotação manuscrita) que nada tem em termos onde a dignidade do desprovido não seja suficientemente respeitada...» ⁽⁶²⁾.

1B. *Precisão de ideias ou conceitos*

Na procura meticulosa e incessante das palavras exactas para traduzir o pensamento, Sérgio emprega variadíssimos recursos, sempre preocupado com a definição rigorosa, cartesiana das suas ideias.

Considerámos precisões, todas as transformações que tornam a ideia ou o termo em causa mais exactos na sua definição, ou que tornam menos extensa a significação de uma palavra. Pode-se verificar também uma maior clarificação do sentido, e em certos casos, uma maior abstracção.

Recenseámos os seguintes recursos:

— a substituição de conceitos; a transformação mais frequente, é a que decorre do abandono da terminologia exterior/interior, referente respectivamente ao mundo exterior e ao intelecto; registámos as várias alterações:

VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO REVISTA
conveniências exteriores e materiais disciplina exterior conformidade de natureza exterior aparência exterior efeito externo obediência externa ordenação exterior, material, visível ordem interior da alma sociabilidade interior e do espírito verdade interior do espírito verdade interior ordenação interna obediência interior	conveniências plutocráticas disciplina sensível conformidade de natureza material aparência sensível efeito sensível obediência sensível ordenação coisista.... ordem invisível da alma sociabilidade intrínseca.... verdade intrínseca.... veracidade do espírito coerência íntima obediência do espírito

(03)

^(C2) Ob. cit.y p. 41.

⁽⁶³⁾ » » p. 13, pp. 53-54, p. 55, p. 56.

As noções de *interior* e *exterior*, relativas à psique (à alma) e ao mundo exterior, foram acerbamente criticadas por Sérgio nas *Cartas de Problemática*, Carta n.º 2, por serem consideradas inadequadas à complexa actividade espiritual: «...há corpos exteriores ao nosso próprio corpo, mas... é pleno absurdo o concluir daí serem eles exteriores à actividade psíquica, exteriores à consciência, à qual não pode fazer sentido o aplicar as relações de *fora* e de *dentro*»⁽⁶⁴⁾. Daí a sua substituição por diversos significantes que enriqueceram substancialmente o texto.

— a substituição ou interpolação de expressões ou frases como por exemplo: «A história não se repete; todavia, através das sinuosidades da sua marcha, há um rumo geral (*ideal humano*, na anotação) para que se dá o avanço»⁽⁶⁵⁾.

— a substituição, supressão ou acrescento de nomes: é o caso da «Regra absoluta do homem (*alma*, na anotação) livre» (Texto n.º 9, p. 83), da restrição desta regra aos governantes, eliminando os «homens públicos» e os «políticos», categorias estas mais extensas do que aquela, ou ainda, da seguinte frase interrogativa: «Pergunta aos [*chefes*] industriais como se diminui o custo de um produto?»⁽⁶⁶⁾.

— a substituição de verbos ou a modificação dos tempos verbais, por exemplo quando se refere à expropriação das empresas «a fim de as transformar (*entregar*, na anotação) em cooperativas», ou o Estadista exclama: «Mas era (*seria*, na anotação) uma guerra!»⁽⁶⁷⁾.

— a interpolação de adjectivos: ao afirmar que a Democracia Cooperativa suplanta «finalmente, o [*grande*] capitalismo agrário» (Texto n.º 13, p. 86) ou quando diz que o Estado deve expropriar «com indemnização o maior número de [*grandes*] empresas privadas que se iriam transformando em cooperativas....»⁽⁶⁸⁾; note-se que aqui o autor restringe a acção do Cooperativismo aos grupos económicos mais poderosos.

— os substitutos pessoais — pronomes — mudam, aproximando o locutor do seu enunciado; é o que se verifica no trecho em que o Libertário expõe o seu projecto de governo excepcional e transitório (Texto n.º 3, p. 80-81): os pronomes pessoais e o verbo enunciador passam do plural (*nós*, *nosso*,

⁽⁶⁴⁾ *Cartas de Problemática...* Carta n.º 2, Lisboa, Ed. Inquérito, Out. 1952, p. 3.

⁽⁶⁵⁾ *Diálogos...*, p. 79.

⁽⁶⁶⁾ *Ob. cit.*, p. 10.

D » » p. 33.

⁽⁶⁸⁾ » » p. 35.

admitimos) para o singular (*mim, meu, admito*), e aparece um outro verbo enunciador (*do que chamo*); estas transformações alteram a modalização, tornando as ideias menos categóricas, pessoalizando o discurso. Mas verifica-se, também, uma transformação que podemos considerar oposta a esta: a demarcação do locutor em relação ao seu enunciado «Não me devo esquecer que és (*que te dizes* na anotação) católico»⁽⁶⁹⁾.

— Novos conceitos. A par do desaparecimento dos conceitos de *tirania* e de *tirano*, inadequados em relação às realidades a que se referiam (o regime de Mussolini, o regime dos bolchevistas, e os dirigentes soviéticos) (Texto n.º 10, p. 84), novos conceitos surgem nas anotações: *fascista* (inteligência fascista, por oposição à «inteligência democrática») ⁽⁷⁰⁾, *marxismo* (substitui o conceito mais restrito de *holchevismo* para reforçar a ideia de que a Antiguidade nunca fez a experiência do comunismo, ao contrário do que pretende fazer crer Salazar) ⁽⁷¹⁾, *classe operária* (substitui o conceito de *trabalhadores*, mais amplo e menos específico, a propósito das funções da escola, uma das quais deverá ser «uma vida mais higiénica, mais culta, mais rendosa, mais solidária, mais feliz para a *classe operária*») ⁽⁷²⁾, *capitalismo de monopólio* (aparece numa interpolação, a propósito dos interesses a que estão ligados os «maus católicos») ⁽⁷³⁾, e *esquerdista* (compara um católico «que empreenda uma obra de verdadeira esquerda» com «os demais esquerdistas») ⁽⁷³⁾.

— são também introduzidas novas designações científicas: *Junta de Escolas Experimentais* (designação mais específica e precisa do que *Junta de Propulsão dos Estudos*, na edição primitiva), e *Directoria Geral do Cooperativismo no Ministério do Trabalho e dos Seguros Sociais* alternativa ao *Ministério da Cooperação* ou *Junta de Organização Cooperativa* ⁽⁷⁴⁾; esta nova terminologia, mais actualizada e precisa, adequa-se melhor aos propósitos de rigor do autor.

O	<i>Ob. cit.</i> , p. 80.
(TM)	» » p.8.
(")	» » p.29.
(")	» » p.47.
(")	» » p.13.
C)	» » p.33.

3.2. *Reforço de ideias (ênfase)*

António Sérgio recorre a uma grande diversidade de processos para realçar determinadas ideias ou palavras.

Os 85 casos que incluímos neste grupo (cerca de 20% do total de anotações) revelam-nos uma notável subtileza, uma aguda sensibilidade na selecção dos vocábulos mais apropriados para exprimir as ideias a que o ensaísta pretende dar ênfase. Registámos os processos mais utilizados:

— a adjectivação: o acrescento de adjectivos particularmente intensos e expressivos como *repelente*, *pútrido*, *cálido* (Texto n.º 6, p. 82) ou a sua substituição por outros mais sugestivos — «as revoluções reaccionárias parecem-te sempre boas» (*magníficas*, na anotação) ⁽⁷⁵⁾.

— os graus dos advérbios e dos adjectivos (utilização do superlativo absoluto sintético em vez do grau normal): «Cristo marcou muito bem» é substituído por «Marcou Cristo muitíssimo bem» ⁽⁷⁸⁾.

— a escolha dos verbos; exemplos: «Cristo disse (*ditamou* na anotação) aos seus apóstolos que aquele que exercesse autoridade se deveria considerar como um servidor dos demais» ⁽⁷⁶⁾.

— a inversão de palavras na frase (*hipérbato*): Cristo marcou muito bem esse carácter de simples meio que compete à ideia de autoridade», é alterada para «*Marcou Cristo muitíssimo bem esse [mesmo] carácter...*» ⁽⁷⁶⁾; repare-se também na interpolação do advérbio de inclusão *mesmo*, que reforça a ideia expressa por Cristo;

— a introdução de aspas para acentuar a demarcação do Libertário em relação à terminologia empregue pelo Estadista no seu discurso: é o caso de «republicano» (referido a regime (Texto n.º 4, p. 81):

— o distanciamento do locutor em relação ao seu enunciado, por exemplo, quando Sérgio afirma que o catolicismo como doutrina religiosa não «será da direita nem será da esquerda», e acrescenta: «Não quero dizer com isto porém (*não se pretende dizer com isto, todavia*, na anotação) que não haja doutrinas de carácter político com maior compatibilidade com a moral cristã...» ⁽⁷⁷⁾.

— a interpolação de advérbios de modo, de afirmação etc.: «Admito uma governação dessa ordem.... como meio tran-

⁽⁷⁵⁾ *Ob. cit.*, p. 9.

⁽⁷⁶⁾ » » p. 21.

⁽⁷⁷⁾ » » pp. 12-13.

sitório de democratizar mais [a *fundo*] uma democracia» (78); «À hegemonia do consumidor na vida económica [pois] corresponde à do cidadão na vida política» (79).

— a interpolação de nomes; é o caso seguinte: «O capital é necessário. Sê-lo-á sempre o [magnata] capitalista?» (79)

— a interpolação de frases e de pequenos textos, como por exemplo a interrogativa em que se expressa a função fática «Percebes tu?» (vide Texto n.º 2, pp. 79-80) ou da afirmativa «Libertário sou eu, não são os comunistas» (80).

— anáforas (repetição de palavras ou expressões para as fazer ressaltar): a interpolação da preposição *para* no texto n.º 17 (p. 88) sobre os meios e os fins.

Apresentamos no Apêndice B, (pp. 77-78), uma listagem das ideias reforçadas, salientando desde já que dois aspectos foram fortemente realçados por Sérgio nas anotações: o anties tatismo, do qual decorre a necessidade de que os governantes se tornem dispensáveis, e a demarcação relativamente à linguagem de Salazar (o carácter «republicano» do Estado Novo, o «catolicismo» do Estadista, etc.).

3.3. *Atemuação de ideias*

Tal como procedeu para dar ênfase a certas ideias, para atenuar a intensidade de outras, Sérgio recorreu a múltiplos processos estilísticos, consoante os objectivos específicos das anotações e o contexto em que se encontram (trata-se de 25 casos, ou seja cerca de 5,8% do total).

Recenseamos as mais frequentes e significativas:

— a substituição, e interpolação de verbos não tão intensos, não tão taxativos como os da versão original; verifica-se portanto, uma modalização da atitude do sujeito perante o seu enunciado:

(^w) Ob. cit., p. 11.
C) » » p. 29.
C⁸⁰) » » p. 7, p. 27.

Os diálogos de doutrina democrática

VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO REVISTA
/Há que/ distinguir	«/Cumpre/ distinguir, /ao que me parece/, entre os que são absolutos por acidente e os que o são por objectivo ou por sistema.»
/comparável/	«Entre a Convenção e um rei absoluto, há diferença /que se pode comparar/ à que existe entre quem mata um agressor em caso de legítima defesa, e quem mata sistematicamente por ser bandido.»
/creio/	«as virtudes fraternas» são «absolutamente necessárias, /suponho/ eu, para que viva normalmente um socialismo autêntico.» (81)

— outros exemplos poderíamos citar ainda, mas limitamo-nos a referir o aparecimento de verbos como *crer* e *parecer*, na primeira pessoa do singular ⁽⁸²⁾, visando, igualmente, a atenuação de determinados juízos, eventualmente demasiado categóricos para o espírito cartesiano de Sérgio;

— a supressão de uma adjectivação por vezes excessiva e a escolha de adjectivos menos intensos: é o caso da supressão dos adjectivos *desconfiada*, *exigente* e *fiscalizadora*, que caracterizavam a atitude da «alma livre» face aos governantes (vide Apêndice D, Texto n.º 9, pp. 83-84).

— a substituição e supressão de advérbios: «O 'sistema de ideias' do Evangelho é muito (*também*, na anotação) difícil de realizar» ⁽⁸³⁾ (substituição do advérbio de modo *muito*, pelo de inclusão *também*); ou simples supressão de advérbios de tempo, como *constante*, *constantemente* etc.: «Assistência técnica e financeira *constante* a cada um dos casos particulares» ⁽⁸⁴⁾.

— a substituição e supressão de frases e expressões de forte oposição às ideias do Estadista, por exemplo, quando o Libertário responde ao ataque que aquele faz às propostas de

C) Ob. cit., p- 26, p.
 (") » » P- 26.
 <(") » » P. 7.
 (") » » P. 42.

renovação dos órgãos da Democracia, Sérgio substitui um comentário emotivo, relativo à ideia de que o sistema democrático estaria agonizante («Qual agonizante!»), por uma negação serena («Nem todos pretendem apenas isso» [*prolongar o sistema democrático através de «medidas ridículas»*]) (Texto n.º 2, p. 80), ou quando suprime a frase imperativa «Não prostituas a esse ponto a ideia de religião» (Texto n.º 5, p. 82) e uma demarcação em relação ao comunismo «não desejo de certo o comunismo e sim propriamente o colectivismo»⁽⁸⁵⁾.

— a supressão de pronomes pessoais, possessivos e indefinidos como nos seguintes casos: «No campo da economia, sou menos estadista do que tu (e nos outros menos ainda, evidentemente) (*a maioria dos homens*, na anotação): porque muitos dos serviços públicos que tu deixas (*alguns deixam*, na anotação) nas mãos do Estado, eu os entregaria de bom grado a régies cooperativas.»⁽⁸⁶⁾; ou na seguinte modificação de referente para o pronome possessivo: Disseram-te um dia que haviam atacado, sobretudo, o teu projecto de Constituição (*projecto de Constituição do teu caudilho*, na anotação)⁽⁸⁷⁾; note-se que, com esta última variante, ao atribuir o projecto de Constituição não ao Estadista, mas ao seu caudilho, Sérgio introduz uma certa duplicidade na personagem do Estadista.

3.4. Não repetição de palavras, ideias e sons

Registámos 43 anotações (cerca de 10% do total) que têm em vista estes três objectivos. Agrupá-mo-los, porque todos eles concorrem para depurar o texto, aliviando-o de palavras e expressões supérfluas, e/ou que prejudicam a sua sonoridade.

A transformação mais frequente (29 casos) é a supressão e substituição de um termo, ou termos, já expressos em frases anteriores. Evita-se, assim, a anáfora injustificada, a sobrecarga desnecessária do texto. Um exemplo: a supressão do vocábulo *democracia* na frase: «A democracia política e a democracia económica pressupõem-se reciprocamente, e as imperfeições da democracia política resultam em grande parte de não haver a democracia social» (Texto n.º 1 p. 79).

Outra transformação que também se verifica, embora não tão amiúde (11 casos) é a supressão de frases, que con-

(^M) Ob. *cit.*, p. 34.
(^N) » » p. 31.
(⁸⁷) » » p. 7.

têm ideias já expressas implícita ou explicitamente. É o caso do pleonasma «libérrima liberdade» (Texto n.º 17, p. 88), em que se nota também um eco, e da supressão dos adjectivos *moral e intelectual*, referentes ao valor dos indivíduos (Texto n.º 2, p. 80), ideia esta que é especificada mais à frente, em duas interpolações («respeito da dignidade humana» e «o amor da justiça»). Sérgio parece, neste último caso, querer evitar, para além da redundância, o chavão «valor moral e intelectual dos indivíduos».

Encontramos ainda outro exemplo, em que obsta a que dois sons iguais apareçam próximos (eco): *unicamente e inferiormente* (Texto n.º 9, p. 84).

Mas, por vezes, o pleonasma e a repetição de palavras, são até convenientes, em passagens demasiado elípticas: «parece-lhe a ela uma vitória falhada, [uma vitória] inferior...»⁽⁸⁸⁾.

Supressão de textos

Embora a inclusão das anotações manuscritas torne a edição revista (1974), ligeiramente mais extensa do que a de 1933 (esta tem 143 páginas, em formato mais reduzido do que o das 84 páginas da edição das *Obras Completas*), registou-se a supressão de dois textos relativamente longos do discurso do Libertário.

No primeiro, esta personagem continuava a abordar a questão da autoridade e da obediência, o direito de crítica, os seus objectivos e o problema da autoridade absoluta, sem controlo. Note-se que algumas ideias já tinham sido expressas anteriormente (nomeadamente a do direito de criticar, fiscalizar e julgar a autoridade) (Texto n.º 9, pp. 83-84).

Esta supressão tinha sido antecedida por um longo acrescento, em que o Libertário faz uma advertência ao Estadista — «Não divinizes a entidade Estado conferindo-lhe a divindade dos antigos Reis — e exprime a sua opinião acerca do Estado e do cargo dos ministros (Texto n.º 17, p. 88).

O segundo texto suprimido, ou melhor, substituído, prosseguia a caracterização da ditadura de Mouzinho da Silveira e fazia uma distinção entre a «tirania dos bolchevistas e a tirania de Mussolini», expondo o Libertário as razões porque as rejeita a ambas (Texto n.º 10, p. 84). A crítica que aí fazia aos «tiranos moscovitas», já era feita na intervenção

C) *Ob. cit.*, p. 51.

seguinte, daí que tenha sido substituída por uma interpolação em que, além das considerações sobre a ditadura de Mouzinho, aprecia a política agrícola dos governantes que se seguiram a este reformador, incluindo os do Estado Novo.

Com o desaparecimento desta passagem, deixa de figurar nos *Diálogos* o conceito de tirania, e o de tirano mantem-se apenas relativamente aos homens do regime de Salazar.

Noter-se ainda, que, os dois textos suprimidos tinham sido previamente corrigidos por Sérgio (o primeiro tinha 8 anotações manuscritas e o segundo 3), que, num primeiro momento pensou recuperá-los. Mas a verdade é que, como assinalámos se tornavam extremamente redundantes (no primeiro, o termo *autoridade* era repetido nada mais do que nove vezes).

Outra passagem que desaparece, é a que faz referência às diversas Juntas que, de acordo com o programa cooperativista, trabalhariam em convergência com a Junta de Organização Cooperativa (a Junta de Reorganização Agrária, a Junta de Propulsão dos Estudos, a Junta de Educação Popular e a de Electrificação) (Texto n.º 12, pp. 85-86). Trata-se de uma enumeração demasiado teórica e abstracta para produzir o esclarecimento do leitor.

3.5. *Simplificações e alterações formais*

As transformações a que chamamos, à falta de designação mais apropriada, «simplificações formais» (24 casos, 5,6% do total), incluem elipses de certas palavras — nomes, verbos, pronomes, artigos, etc. — consideradas desnecessárias pelo autor (a nosso ver, é claro), para a compreensão do discurso, e variantes de carácter predominantemente formal — se é que assim as podemos denominar — que não alteram *de um modo substancial* o conteúdo das frases. Insistimos que não alteram substancialmente o conteúdo, pois estamos convictos de que, qualquer modificação no eixo sintagmático de uma frase, por mais reduzida que aparente ser do ponto de vista formal, resulta sempre numa alteração, ainda que muito ligeira do conteúdo.

Exemplo de uma elipse, é a supressão da expressão em itálico na seguinte frase: «o inglês na dose indispensável para os professores perceberem as obras *que são escritas* nessa língua»⁽⁸⁹⁾.

Os diálogos de doutrina democrática

Variante formal, é nomeadamente a substituição da locução concessiva *se bem que*, pela conjunção concessiva *embora*, verificando-se também uma substituição do verbo *ter* pelo verbo *haver*: «...não é o Estado o administrador da régie se bem que tenha (*embora haja*, na anotação) representantes *Ideie]* no seu conselho de administração»; ou a substituição do termo *Renascença*, por *Renascimento* ⁽⁹⁰⁾.

Estas simplificações e alterações formais tornam o texto mais conciso, expurgando-o de partículas que o poderiam fazer excessivamente redundante. Contribuem igualmente para a sua clareza e correcção.

3.6. *Introdução de palavras car act eristic as da linguagem familiar*

São 20, as variantes ou acrescentos em que o principal objectivo foi, sem dúvida, o de tornar o diálogo entre as duas personagens mais vivo, mais realista e acessível ao leitor.

Trata-se, sobretudo, da introdução de novas formas de tratamento do Libertário para com o Estadista. O confronto das formas da versão original com as das anotações (escritas certamente em 1958), ainda que fora dos seus respectivos contextos, é concludente:

VERSÃO ORIGINAL	VERSÃO REVISTA
caro Estadista meu querido amigo meu amigo meu caro amigo Estadista amigo meu caro Estadista Estadista	<i>meu Manuel</i> <i>Pois não Manuelzinho?</i> <i>Manuelzinho</i> <i>Manuelzinho</i> <i>meu Miguelzinho (lapso do autor)</i> <i>caro amigo</i> <i>meu sobrinho (lapso)</i> <i>meu caro Miguel</i> ⁽⁹¹⁾

Verifica-se ainda a supressão de duas formas de tratamentos do original — «Meu caro Estadista» ⁽⁹²⁾ — e a introdução do tratamento por tu em interpolações que, aliás, já tinha

O Ob. *cit.*, p. 32, p. 55.

⁽⁹¹⁾ » » p. 8, p. 9, p. 13, p. 18, p. 29, p. 80 e p. 81.

⁽⁹²⁾ » » p. 12 e p. 20.

sido largamente utilizado na edição original. Exemplo: «Percebes tu?» (Texto n.º 2, pp. 79-80).

Nota-se a evolução de uma velha amizade (o tratamento por tu, no português, restringe-se às relações entre interlocutores numa determinada situação de igualdade, e de mais velhos para com mais novos), no sentido de uma maior intimidade. A relação entre as duas personagens, torna-se bastante mais próxima, como se, apesar das profundas divergências ideológicas e morais que separam o Libertário do Estadista, a afeição se fosse estreitando. Por outro lado, acentua-se também um certo paternalismo daquele para com este, que se prende com a profunda convicção de que os democratas são mais inteligentes do que os partidários do Estado Novo (Texto n.º 2, p. 80) e com os aspectos do aristocratismo e do elitismo do pensamento sergiano.

Mas surgem outras características da linguagem familiar:

— os artigos definidos antecedendo os nomes de Maquiavelo, de Shelley e de Cristo, aproximando mais o emissor destas personalidades e das suas obras; Sérgio pretende assim, de algum modo, revelar a familiaridade e o profundo conhecimento que delas tem (lembre-se que na edição original, nomes como os de António Vieira e Gil Vicente, já eram antecidos de artigo, enquanto outros, como Antero, Aristoteles, Augusto Comte, etc., permanecem desprovidos de artigo, o que parece revelar uma certa disparidade de critérios, por vezes pouco compreensível, na utilização dos artigos antes dos nomes próprios).

— inclusão de expressões coloquiais: «hoje em dia», «quem quer que transita»⁽⁹³⁾;

— substituição de expressões características do nível de linguagem cuidada, por expressões familiares: *jornalista* por *nosso homem*⁽⁹⁴⁾.

3.7. Variantes características da linguagem cuidada

Inesperadamente, registámos 5 casos em que se verifica o movimento inverso, ou seja, a colocação de dois verbos empregues em linguagem cuidada (*transcorrer* e *observar*), no lugar de dois outros, próprios de linguagem corrente (respectivamente *passar* e *ver*)⁽⁹⁵⁾; a variante *por conseguinte* (locação conclusiva) em vez da conjunção *portanto*⁽⁹⁶⁾; ou a

D *Ob. cit.*, p. 25.
O » » p. 51.
D » » p. 8 e p. 80.

Os diálogos de doutrina democrática

simples supressão de termos de linguagem familiar: «Mas voltamos ao *nosso* caso» ⁽⁹⁷⁾ (em que se suprime o pronome possessivo *nosso*).

3.8. Recurso à ironia ou ao humor

Para além dos processos já inventariados, António Sérgio recorre por vezes a uma fina ironia, que perpassa em certos extractos, como o que a seguir transcrevemos, onde se encontra um surpreendente jogo de palavras:

«L. — ...Pois lá vai a história. Tinha-se instaurado, havia pouco, um governo excepcional nesse país, e era ministro das Finanças um certo brigadeiro e quartel-mestre, que nunca dera provas na especialidade, mas que gozava fama de competentíssimo. Chamava-se... Por *sinal*, não me *recordo*.

«E. — Adiante. Pouco importa que *recordes* ou que não *recordes*.

L. — *Concordo*.

E. — É pouco importa *que concordes* ou *sem cordes*» ⁽⁹⁸⁾.

Como se vê, trata-se de um jogo entre o nome do ministro das Finanças Sinel de *Cordes*, e os verbos («*recordes*», «*concordes*»).

Nas anotações, introduzidas mais tarde, encontramos uma referência humorística a Quirino de Jesus, «(O Quirinal-Economista, esgrouviado e esguio» (") (na versão original, o Libertário referia-se ao «esguio Nacional-Economista»), e um comentário ao projecto de Salazar para o ensino (manter os professores diplomados nos centros urbanos e criar escolas nas aldeias, mantidas com «pequenas gratificações»): «Mas isso é um plano para a Idade Média (para *os Afonsinhos*, na anotação), meu querido amigo!» ⁽¹⁰⁰⁾

3.9. Actualizações

As 20 actualizações que detectámos, visam, como é óbvio, adequar certas referências bem datadas dos *Diálogos*, à nova conjuntura nacional e internacional dos finais dos anos 50.

Para produzir o efeito desejado, Sérgio muda os tempos dos verbos (do Presente do Indicativo para o Pretérito Im-

r) **Ob.** *cit.* p.6.
n » » p. 5i.
D » » pp. 3-4,
o » » p. i9.
(100) » » p.46.

perfeito ou para o Pretérito Perfeito, no caso da alusão às acções de Mussolini ⁽¹⁰¹⁾, altera as referências temporais (por exemplo a que respeita à prática do cooperativismo, que tinha «quase um século de realizações» e que passa a ter, na anotação, «*mais de um século*») ⁽¹⁰²⁾, altera a terminologia demasiado referenciada ao período histórico de entre guerras (os «bolchevistas», passam a ser designados por «*homens soviéticos*») ⁽¹⁰³⁾ e o exemplo de um católico de esquerda (substituição do exemplo dos irmãos Alves Correia, pelo do bispo do Porto) ⁽¹⁰⁴⁾.

3.10. *Lapsos*

Já referidos atrás, os quatro lapsos em que o autor incorreu, constituem um campo privilegiado para nos apercebermos do cuidado e da atenção com que se empenhou na revisão dos *Diálogos*. Mas podem, além disso, deixar transparecer um certo cepticismo de Sérgio, relativamente à possibilidade de publicação do livro. Não esqueçamos, que, tanto em 1945, como em 1958, passados efémeros períodos de esperança na abertura do regime, a acção da censura e a repressão às actividades políticas da oposição voltaram a intensificar-se rapidamente, quebrando as últimas ilusões dos homens da oposição. O desvanecimento dessas ilusões acerca de uma hipotética liberalização do regime, poderá ter sido aqui, a causa do abrandamento da vigilância do ensaísta no seu paciente trabalho de refundição da obra. É aliás sintomático, que, dos quatro lapsos recenseados, dois se encontrem nos Diálogos Quinto e Sexto, (que são também os menos corrigidos, ambos têm apenas 29 anotações, 6,7% do total), um no Apêndice final, e o outro no Diálogo Primeiro.

3.11. *Correcções cuja versão original é ilegível ou oferece dúvidas; frases escritas ao alto das páginas*

Ao longo da leitura das notas da edição crítica dos *Diálogos* (1974), encontram-se 9 alterações manuscritas que substituem versões originais ilegíveis (6 casos), ou que ofereceram dúvidas aos seus organizadores.

Há ainda duas frases que Sérgio escreveu ao alto de duas páginas, sem indicação do local onde deveriam figurar.

⁽¹⁰¹⁾ Ob. *cit.*, p.80.
⁽¹⁰²⁾ » » p.33.
⁽¹⁰³⁾ » » pp.27-28.
⁽¹⁰⁴⁾ » » p.13.

Uma delas está incompleta, e tem uma palavra ilegível («O regime que parece para ti o ideal é o do capitalismo de monopólio. Pelo menos, é para... um capitalismo de monopólio que parece sobretudo...») ⁽¹⁰⁵⁾; a outra, constitui um reforço, em que o Libertário vinca bem o acto de servir: «*Servir* — percebes tu? Não te esqueças do Evangelho de S. Lucas, no capítulo 22 que te citei há pouco» ⁽¹⁰⁶⁾.

IV. NOTAS FINAIS

Nos *Diálogos de Doutrina Democrática*, exprime-se de uma forma magistral, o carácter «visceralmente polémico» ⁽¹⁰⁷⁾ do ensaísmo sergiano, a elegância e o brilhantismo com que desmonta o discurso ideológico e político de Salazar.

De entre as obras e artigos de António Sérgio elaborados até 1933, os *Diálogos* constituem não só uma obra de circunstância, uma réplica ao mentor do Estado Novo, mas acabam por ser de algum modo também, uma obra de síntese da produção teórica que vinha desenvolvendo.

Por outro lado, é a primeira, em que expõe largamente o programa cooperativista e um plano de reforma agrária. Foi no seu exílio de quase seis anos em França, que Sérgio teve oportunidade de estudar a fundo os teóricos cooperativistas franceses — Charles Gide, Ernest Poisson e outros. Lembra-se que, desde Março de 1932, Sérgio vinha publicando na *Seara Nova* artigos destes autores, com pequenas anotações críticas.

Sendo um livro de carácter essencialmente pedagógico e didáctico, escrito no momento em que o Estado Novo montava os seus aparelhos políticos e ideológicos, os *Diálogos* mantiveram a sua actualidade durante a imobilista ditadura de Salazar, razão por que o autor pensou publicá-los aquando das eleições para a Assembleia Nacional em 1945, e do lançamento da candidatura de Humberto Delgado à presidência, alturas em que poderiam ter atingido um público mais vasto.

E aqui, levanta-se a questão de saber a que camadas da população se dirige o livro. Apesar de ele ser, no conjunto

⁽¹⁰⁵⁾ ob. cit., p. 31; esta frase deveria ser incluída algures quando o Libertário critica a política económica do Estadista.

⁽¹⁰⁶⁾ Esta anotação deveria inserir-se algures no Texto n.º 17 (p. 88), a propósito do exemplo do polícia de trânsito.

⁽¹⁰⁷⁾ Vasco M. Vilhena, *António Sérgio, o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1964, p. 130.

da obra do ensaísta dos mais acessíveis, não temos dúvidas que os *Diálogos* foram produzidos para as elites, essas elites que, segundo Sérgio, eram em Portugal muito reduzidas. Atestam-no, entre outras referências, as numerosas citações de outros autores, em latim, italiano, inglês e francês, que não são traduzidas.

Se pensarmos que em 1930, o analfabetismo ainda atingia quase 70% da população (¹⁰⁸), e que só uma ínfima minoria tinha acesso aos escassos liceus então existentes nas nossas cidades, acabaremos por nos aperceber da insignificância, na sociedade portuguesa, do número dos que estariam em condições de compreender a mensagem de Sérgio.

Terá sido a consciência desta situação de isolamento que o levou a introduzir, com alguma frequência, (na edição original e sobretudo nas anotações), palavras e frases características da linguagem familiar e da linguagem corrente, conciliando-as harmoniosamente com outros níveis (termos abstractos próprios do texto filosófico, termos literários e técnicos).

Nota-se pois, uma evolução no sentido de tornar a obra mais acessível ao leitor, evolução também perceptível, como vimos, no recurso frequente a exemplos concretos que «ilustram» as preposições teóricas, nas comparações expressivas, na constante preocupação em definir mais exactamente as ideias, tomando-as mais explícitas, precisas e claras (mais de 40% das anotações correspondem a tal objectivo).

Pode-se mesmo dizer, que esta terá sido a grande preocupação de Sérgio, quando corrigiu a edição primitiva.

Preocupação que se prende com um certo perfeccionismo, na luta pela expressão exacta, pelo constante apuramento estilístico, pela simplicidade e transparência das palavras.

Mas a simplicidade de expressão em Sérgio, corresponde geralmente a uma grande riqueza no conteúdo, por vezes a uma complexidade de ideias, que tende a limitar bastante a inteligibilidade da sua escrita (releiam-se certas passagens de carácter filosófico, nas quais o recurso frequente a conceitos altamente abstractos e a termos científicos especializados, dificulta a sua compreensão pelo leitor comum).

Se de uma maneira geral a utilização dos vários níveis de linguagem — literário, cuidado, corrente, familiar e popular — se harmoniza num equilíbrio sóbrio, clássico, dir-se-ia, no entanto, que nem sempre os propósitos do pedagogo pre-

^{C^{os}} Vide *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, p. 53.

valecem sobre as exigências do filósofo, sobre as particularidades da sua linguagem e as referências que apontámos.

Constatou-se, por outro lado, uma certa preocupação por parte do ensaísta em evitar a redundância e a repetição de palavras, em tornar alguns textos mais concisos, mais elípticos (um exemplo é a intervenção do Libertário em que se refere ao feminismo, tema marginal nos *Diálogos*)⁽¹⁰⁹⁾.

Este tipo de transformações, bem como a atenuação da intensidade de ideias, recorrendo frequentemente a supressões, contribuem para tornar o texto mais condensado e penetrante, apesar de relativamente mais longo do que o da edição original.

No que respeita ao programa cooperativista, transporece das anotações introduzidas, uma definição mais nítida do modo como deveria ser aplicado, nomeadamente no domínio da agricultura, em que restringe as transformações ao grande capitalismo agrário.

Da análise feita, concluímos ainda que, cerca de vinte e cinco anos depois da primeira tentativa de publicação, as ideias se tornam mais amadurecidas, menos dependentes do sentimento e da emoção de um Sérgio que acabara de regressar das agruras do exílio, para encontrar os destinos de Portugal já entregues a um obscuro professor catedrático da Universidade de Coimbra.

Este amadurecimento de ideias, verifica-se ainda na utilização de um aparelho conceptual mais rigoroso, de uma terminologia actualizada.

Ao terminarmos, fica-nos a impressão de que no seu apostolado cívico, no constante debate de ideias, o grande ensaísta que foi António Sérgio vivia permanentemente ocupado, em melhorar a sociedade portuguesa, em aperfeiçoar-se através do método racionalista de auto-disciplina crítica.

⁽¹⁰⁹⁾ *Diálogos...*, p. 51.

APÊNDICE A

<i>Moral Democrática</i>	<i>Jesuitismo / Maquiavelismo</i>
— queremos que cada um vá convencido e muito consciente do caminho que segue;	— conduzir os homens sem que se apercebam do que estão fazendo é
* tomar os outros como <i>pessoas</i>	* atitude do desprezo máximo
* tratar o próximo como um <i>fim</i>	* tomar os outros como meras coisas
— Democracia: sistema em que se deseja para os homens o máximo possível de consciência;	* tratar o próximo como simples <i>meio</i> ;
— Ideal de <i>veracidade</i> <i>respeito absoluto pelo intelecto alheio</i>	
— Verdadeira sociedade:	
* <i>sociedade do espírito</i>	
* perfeita <i>transparência</i> de intelecto a intelecto, entre alma e alma;	— mentir é * perder a própria alma
	* desprezar a <i>alma</i> a quem mentimos
	* empeçonhar toda a <i>fonte interior da sociabilidade humana</i>
— queremos esforçar-nos [os democratas] por <i>ser justos</i> , sabendo que muitas vezes o não somos;	— democrata que não é <i>verídico</i> que não é <i>sincero</i> que trata os outros como se fossem coisas
	indivíduo infiel à sua própria ideia
— quando foi injusto na sua política o democrata verdadeiro reconhece que o foi;	* erige em ideal o seu próprio erro
	* tenta justificar o erro com maquiavelismo
	* democrata maquiavélico: democrata falso
— o ideal democrático é * exigente, está acima de nós democratas	— no maquiavelismo, a própria doutrina inferioriza o homem;

Moral Democrática

* é como o ditame de Cristo:
«sede perfeitos como o vosso
Pai do Céu é perfeito.»

— o democrata quer que se res-
peite invariavelmente o que
dita a Razão a cada um de nós.

— obediência sensível, quando
necessária, jamais a obediência
do espírito, a limitação do nos-
so juízo próprio, quando ilu-
minado pela luz racional;

— *Nunca mentir. Nem a nós nem
aos outros;*

— *interesse moral de manter a
ideia do respeito às normas;*

Jesuitismo / Maquiavelismo

* o próprio ideal é de queda
de abaixa-
mento
de corrupção
de sacrifício
da *ordem in-
visível da al-
ma* à sociabi-
lidade apa-
rente e à dis-
ciplina sensi-
vel

* o maquiavélico destrói a *socia-
bilidade intrínseca e do espírito*
a uma ordem que é só ma-
terial;

— falso democrata que se faz
insincero: homem infiel a uma
doutrina boa; mau democrata;

— tirano que procede maquiave-
licamente: homem fiel a uma
doutrina péssima;

— ser jesuíta é sacrificar a *ver-
dade intrínseca do espírito* a
uma mera conformidade de
natureza material;

— exemplo de S. Francisco Xa-
vier:

* confissões de fé puramente
verbaes, inconscientes;

* sacrifício da *veracidade* à
aparência sensível, do *espíri-
to religioso* à pura letra;

— exemplo do jesuíta Roberto
de Nobili:

* profunda perversão da mente;
* sacrifício moral do indivíduo
a uma ideia absurda e imen-
samente imoral;

* infinito da exaltação da apa-
rência;

* o mais ousado, maquiavéli-
co, delirante sacrifício da
veracidade do espírito ao
puro formalismo da palavra
vácua, do efeito sensível;

— exemplo de um punhal com a
forma exterior de um cruci-
fixo:

- *respeito às normas*, aos obstáculos individuais é a própria alma de uma sociedade qualquer,
 - * *respeito à lei* buscada pela Razão e legitimamente promulgada;
 - * para o moralista, a sedução de passar por cima de tudo é loucura;
 - * para o verdadeiro moralista cristão, é o máximo triunfo do diabólico;
 - a *Democracia no aspecto moral* é a vontade de resistir às monstruosidades do mando;
 - o poder corrompe;
 - o *espírito* é incompatível com o menor poder;
 - o homem que exerce o poder político só deve trabalhar por se tornar dispensável;
 - nós partimos de *princípios morais, dos mais puros ditames do Cristianismo*;
 - para não cairmos em tais loucuras [o lucro e o mando], preferimos a *abstinência*;
- * a religião exterior e o mal interior;
 - * a política a destruir a *ética*;
 - * a ordem aparente a corromper o *espírito*, a *coerência íntima*;
 - * a *verdade* sacrificada a um efeito sensível;
- aberração jesuítica:
 - * vício de pôr a matéria acima do *espírito*; as cousas acima da *alma*;
 - * afogar a *moral* na conveniência política;
 - * sacrificar a uma ordenação coisista, material, visível, a *ordenação intrínseca da consciência*;
 - * ideia de passar por cima de tudo, (ideia que seduz os mandões),
 - de todas as *leis*
 - de todas as *normas*
 - de todos os *obstáculos individuais*
 - os ilustres maquiavélicos partem de necessidades políticas;
 - o lucro desmoraliza os homens; é um vinho que embriaga os homens;

Os diálogos de doutrina democrática

<i>Moral Democrática</i>	<i>Jesuitismo / Maquiavelismo</i>
— protestamos contra o capitalismo;	— o mando é outro vinho que embriaga também, tentando-os a passar por cima de tudo: de todas as <i>normas</i> , de todas as <i>leis</i> , de todos os <i>obstáculos individuais</i> ;
— a <i>vida moral</i> exige: * a liberdade do trabalhador * a sua participação na direcção da vida económica * a supressão do objectivo do lucro	
— pretendemos suprimir o vício; lutamos pela <i>liberdade</i> ;	— debatem-se na ideia de organizar o vício, só possível pelo maquiavelismo;
— não admitimos virtudes na alma de um escravo;	— espírito capitalista
— <i>fraternidade humana e universal</i> ;	— espírito corporativo, espírito exclusivista;
— a Democracia tem o carácter de <i>uma religião</i> ;	— o maquiavelismo é uma habilidade política;
— a nossa moral vem da revelação da consciência;	
— aplicamos uma <i>regra moral</i> a situações diversas, e com esta diversidade se vai progredindo;	— a detenção do mando justifica tudo e transforma os maiores vícios em virtudes; — vence-se pela maldade e pela mentira;

APÊNDICE B

Inventário das ideias e aspectos teóricos reforçados

- a não necessidade de modificar o «sistema das ideias» democráticas (p. 6).
- a eternidade do «ideal democrático» (p. 8)
- a democratização da democracia por meio de uma governação excepcional (p. 11)
- «o carácter de simples meio que compete à ideia de autoridade marcado por Cristo» (p. 21)
- a violência do Estadista e dos homens soviéticos (p. 27)
- a demarcação em relação aos comunistas, classificando-se como Libertário (p. 27)
- o autoritarismo e o estatismo do Estadista (p. 28)
- o dever do homem de autoridade em se tornar dispensável (p. 22)
- a oposição à atitude de desprezo do Estadista para com os homens (p. 24)

- o propósito do Estadista de só querer «fazer homens de iniciativa... económica» (p. 31)
- a demarcação em relação ao discurso de Salazar (p. 11, p. 22, p. 42 e p. 46)
- a oposição aos adversários da liberdade (p. 22)
- a oposição em relação à «civilização que existiu até hoje» (p. 31)
- o racionalismo (p. 56)
- o êxito da prática da cooperativa (p. 33)
- a necessidade da intervenção do lavrador na «cousa pública» (p. 47)
- a necessidade da actualização dos professores (p. 47)
- a actuação dos reformadores «para remédio de males individuais» (p. 59)
- a correspondência do «voto individual e democrático» com o «voto individual dos consumidores nas cooperativas» (p. 78)

APÊNDICE C

Ideias atenuadas

- a dificuldade de realização do «sistema de ideias» do Evangelho (p. 7)
- a oposição em relação à crítica que o Estadista faz às reformas políticas propostas pelos democratas (p. 8)
- a oposição em relação ao Estadista (p. 7, p. 13, p. 18, p. 31 e p. 52)
- a demarcação em relação aos dirigentes soviéticos e ao Estadista (p. 27)
- a demarcação em relação ao comunismo por oposição ao colectivismo (p. 34)
- a intensidade da atitude crítica perante os governantes (p. 24 e p. 26)
- o carácter constante do exame feito pelos contabilistas ao serviço do Ministério da Cooperação à escrituração das cooperativas (p. 33)
- o carácter constante da assistência técnica e financeira a cada um dos casos particulares» na reforma agrária (p. 42)
- a possibilidade de a democracia cooperativa poder ser desenvolvida imediatamente dentro da sociedade capitalista (p. 34)
- a acção de *impôr* e *condicionar* aos colonos o projecto cooperativista (p. 39 e p. 41)
- a necessidade de modificação dos programas das escolas normais (p. 47)

APÊNDICE D

Edição original (1933)	Textos da edição revista (1945? / 1958?)	Objectivo das transformações
<i>Texto n.º 1</i>		
/nós/	Libertário. — Temos a máxima confiança, /pois/, no sistema de ideias da democracia /, —	* reforço
/ política e económica, política e social. /	<i>no governo do povo pelo próprio povo, uma vez que o eduquem para se governar a si mesmo, para se governar economicamente através das cooperativas e dos sindicatos livres. // A democracia política e a democracia económica /</i>	explicitação
/As duas/	<i>pressupõem-se reciprocamente, e as imperfeições da democracia política resultam em grande parte de não haver a (1) social. / [Se a nossa República teve uma história triste, foi por ter sido fundada por gente demagógica, que não fazia a mais pequena ideia dos fundamentos morais e dos alicerces económicos de tão rudimentar democracia.] (p. 6)</i>	* idem
(2) /democracia/		* evita repetição
		* explicitação (ex. concreto)
<i>Texto n.º 2</i>		
/Porque teimas tu/ /querer/	L. — [Posto isto] por que [é que] teimas em não / querer/ perceber que os democratas pensam a mesma coisa dos velhos meios da democracia? [Entre nós], esses velhos órgãos da democracia tiveram a forma que	* reforço * ling. fam.
/era possível dentro do/	<i>/se julgou adequada no/ momento político que /transcorreu/. E pretendemos agora renová-los, de acordo com as lições da experiência, para uma maior aproximação do ideal/</i>	* precisão
/passou/	<i>/ democrático, que é de facto eterno: o da/</i>	* idem * ling. cuid.
/eterno da democracia: a/	<i>igual dignidade para todos os homens.</i>	* reforço
(2) sublinhados do autor	A razão indica os fins (2) supremos, de uma vez para sempre: a experiência, pouco a pouco, aperfeiçoa os meios (2)	* versão original ilegível

Edição original (1933)	Textos da edição revista (1945? / 1958?)	Objectivo das transformações
	<p>[Percebes tu?] Estadista.—«Mas que propõem eles, afinal, para que se efective essa renovação? Medidas ridículas, que se não adaptam ao próprio sistema: ligeiras alterações no regimento interno das Câmaras, limitações no tempo dos discursos, restrições no uso da palavra, etc., etc. Paliativos ingénuos que não resolvem nada, que pretendem, apenas, prolongar a pobre vida de um sistema agonizante...»</p>	
/Qual agonizante!/ /caro Estadista/ (3) /moral e intelectual daqueles/	<p>L. — /Nem todos pretendem apenas isso./ O que faz o futuro dos sistemas, / meu Manuel/, é o valor (3) dos indivíduos que o defendem. Mede esses valores num campo e noutro, em Portugal. Não é só a «mítica» democrática, como tu dizes: é a <i>inteligência</i> democrática que se manifesta superior à /dos fascistas/. [E o seu respeito da dignidade humana.] Olha para a mocidade, e diz-me onde está a <i>inteligência</i>, — não os embelecões de talentinho, mas a verdadeira <i>inteligência</i> [e o amor da justiça]... Ouve: que pensas tu das revoluções? (p. 8)</p>	<p>* atenuação * ling. fam. * evita redundância * precisão * explicitação * idem</p>
<p>Texto n.º 3 /mesma de/ /alguns/ /democratas de verdadeiro espírito reformador/ /nós/</p>	<p>L. — ...Não é a existência, em si, /do que chamo/ uma governação excepcional, com umas (4) férias de /uns/ meses ao parlamento, o que repugna aos /partidários da democracia social./ O ponto para /mim/, está no espírito que animar essa governação excepcional, na finalidade que se propuser. Tal espírito, em /meu/ parecer, não deve ser o da direita, mas o da esquerda; tal finalidade, para nós, deve ser a de assegurar para /os dias futuros um funcionamento melhor/ da demo-</p>	<p>* atenuação * precisão * precisão * idem * precisão * atenuação</p>
<p>/nosso / lo futuro um melhor funcionamento/</p>		

Edição original (1933)	Textos da edição revista (19457 / 1958?)	Objectivo das transformações
/Admitimos uma governança excepcional/	<p>cracia política, e lançar as bases criadoras da democracia social, sem a qual a democracia política estará sempre em perigo de se perverter. [E lança-las, como? Fomentando as cooperativas de consumo e as cooperativas de lavradores para transacções em comum, para crédito mútuo.] Admito uma governação dessa ordem/, em suma, como meio transitório de democratizar mais [a fundo] uma democracia.</p> <p>(p. 11)</p>	<p>* explicitação</p> <p>* precisão</p> <p>* reforço</p>
Texto n.º	<p>E. — Pois para mim «o problema é este: de um lado, uma necessidade urgente, orgânica, nacional, de governar para a direita e com a direita. Do outro lado, uma verdadeira mística republicana. Mas não considero essa marcha para a direita como incompatível com o regime republicano...»</p>	
/republicano/	<p>L. — Regime /«republicano»/ sem liberdade, sem democratização progressiva da vida pública, do crédito, da economia, da educação; sem fiscalização do governo pelo povo; sem possibilidade de criticar a autoridade; regime /«republicano»/ sem marcha (5) para a esquerda, numa palavra, — não o considero eu como republicano. [Para mim pouco se me dá de uma República que não trate da elevação dos homens pobres, que não caminhe todos os dias para uma maior justiça social.] É tu? A que chamas «regime republicano»? A que chamas tu «marchar para a direita»? (p. 11)</p>	<p>* reforço</p> <p>* idem; aten.</p> <p>* reforço</p>

António Sérgio

Edição original (1933)	Textos da edição revista (1945? /1958?)	Objectivo das transformações
<p style="text-align: right;"><i>Texto n.º 5</i></p> <p><i>/exteriores/</i></p> <p>(6) [não prostitutas a esse ponto a ideia de religião./</p>	<p>L. — ...Se a maioria dos católicos dos países latinos seguem a política da direita, não o fazem por motivos religiosos: fazem-no sim por conveniências <i>/plutocráticas/</i> e materiais, em contrário do espírito da religião verdadeira, da pura doutrina do Evangelho. Fazem-no tão-só como homens ricos, ou então como adictos ao capitalismo e não como religiosos. (6) No espírito desses maus católicos, a religião é um «freio» para subjugar o povo: é um simples antemural dos seus interesses <i>[e dos interesses do capitalismo, a que estão ligados. Hoje do capitalismo de monopólio, de que o corporativismo de Estado é um instrumento.]</i> (p. 13)</p>	<p>* precisão</p> <p>* atenuação</p> <p>* explicitação</p>
<p style="text-align: right;"><i>Texto n.º 6</i></p> <p><i>/se vê por aí/</i></p> <p><i>/português/</i></p>	<p>L. — Já te disse: fazer censura é trabalho difícil. Um tribunal tem tempo para pesar as cousas; a Censura, não. O que de mais sujo e <i>[repelente]</i> se <i>Item visto aí,</i> no género calúnias e pessoalismos <i>[pútridos]</i>, em todo o jornalismo <i>[da nossa terra]</i>, fá-lo uma folha reaccionária que não sofre peias de espécie alguma.... Ora, far-te-ei notar:.... que o jornal fizera a apologia <i>[calida]</i> de uma doida desordem destruidora que umas <i>[tantas]</i> dezenas entre os seus leitores.... armaram uma tarde no salão de S. Carlos para impedir uma conferência do meu amigo... (pp. 15-16)</p>	<p>* reforço</p> <p>* actualização</p> <p>* reforço</p> <p>* ling. fam.</p> <p>* reforço</p> <p>* idem</p>

Edição original (1933)	Textos da edição revista (1945? /1958?)	Objectivo das transformações
(9) /sempre/ (10) /desconfiada, exigente, fiscalizadora/ /unicamente/	peito», ou «temor aflitivo» ante o seu contacto: [mas] conservar (9) uma atitude [despreendida.] crítica, (10) ainda que concordemos com a sua obra, ainda que o ajudemos na sua acção. As almas libertas, — as bem nascidas, — /só/ se comovem e interiormente se inclinam ante as puras grandezas espirituais, quando desacompanhadas de qualquer poder. (p. 24)	* reforço * aten.; ref. * aten. * evita rep. de um som

Texto n.º 10

/nos dar/ /nós não
tinhamos;/ /Foi uma
ditadura passageira,
e, em suma, anti-
absolutista. Há que
distinguir, também,
entre a tirania dos
bolchevistas e a tirania de Mussolini,
apesar de que as
rejeitamos a ambas
elas: porque aos
tiranos moscovitas
os anima um ideal
emancipador, se
bem que, em meu
entender, eles não
considerem suficientemente que os
meios empregados
para atingir um fim
devem ter sempre
homogeneidade moral com os próprios
fins a que se quiser
visar.f

L. — ...À ditadura de Mouzinho da Silveira chamo eu uma ditadura liberal, porque tinha finalidade liberal, porque consistiu num meio transitório de /criar/ liberdades que /não havia/ /arrancando os homens dos nossos campos ao parasitismo do clero e dos aristocratas. Mas os governantes sobrevividos, por desgraça, desfizeram a obra social do Mouzinho, com enorme prejuízo do sector agrícola, hoje sacrificado em maior grau do que nunca. Tu e os teus amigos reduzistes o agrícola à maior miséria, tudo em benefício dos senhores plutocratas, sustentáculos e aproveitadores do Estado Novo/, (p. 27)

Texto n.º 11

L. — ... [Vens sempre com o interesse do Estado. A mim só me importa o interesse do Povo, consumidor dos serviços

- * precisão

* explicitação

* reforço

Os diálogos de doutrina democrática

Edição original (1933)	Textos da edição revista (1945? / 1958?)	Objectivo das transformações
(11) / Deixemos para amanhã a questão agrária. Queres? — [E.B. — Pois sim. [D. — E tratemos agora dos outros casos. »/	<i>que lhe são fornecidos através dos servidores que constituem o Estado.] Tu é que confundes, meu caro Estadista...</i>	
/ora/	(11) Confundes o comunismo, aí, com as ideias libertárias. Sabes decerto que são cousas diferentes, mas esqueceste-o...	* simplificação
/bolchevistas/	[<i>Libertário sou eu, não são os comunistas;</i>] /e/, em três pontos, pelo menos, estás tu perfeitíssimo dos /homens soviéticos/; e estou eu longíssimo. A saber:	* reforço
/na pouca repugnância pela violência/	[(!) na predilecção por um Estado forte [<i>quer dizer, pela tirania dos magnates do Estado;</i>]	* actualização
/nenhuma/	[(2) /no emprego sistemático da violência/; [(3) na /pouca/ consideração, enfim, pela liberdade individual, no campo moral, jurídico e político... O emprego da violência, por outro lado, contraria o surto das virtudes fraternas, — absolutamente necessárias, /suponho/ eu, para que viva normalmente um /socialismo/ autêntico. /Julgo/ que os meios a empregar [na obra] devem ser da natureza dos fins (12). Para fins fraternos, meios fraternos [com sentimentos constantes do amor ao próximo]. A favor dos /soviéticos/, bem sei, podem alegar-se circunstâncias de facto: a necessidade de defenderem a sua obra contra os Estados [dominados pelos] capitalistas, etc., etc.	* precisão * explicitação
/creio/		* reforço * atenuação
/Suponho/		* atenuação
/comunismo/		* precisão * atenuação * explicitação * evita red.
(12) /que buscamos atingir/		* explicitação
/bolchevistas/		* actualização
		* explicitação

Texto n.º 12

	E. — Essa socialização pelo cooperativismo, como tu preconizas, levaria séculos!	
/Levaria, se o Estado a não ajudasse; mas eu quero que o Estado a auxilie./	L. — ... [Não sei porquê. Questão de vontade. E sobretudo se o Estado ajudar, sem se meter a criar e a mandar. O povo fará tudo por si.] Não desejo que o próprio Estado socialize os meios de produção e de troca, que administre ele próprio	* reforço

Edição original (1933)	Textos da edição revista (1945?/ 1958?)	Objectivo das transformações
(13) /constantemente/	qualquer empresa; desejo que auxilie os cidadãos [do País] a socializarem [a economia] pelas cooperativas. Eu criaria, se fosse estadista, um Ministério da Cooperaçào, ou uma Junta de Organização Cooperativa [ou uma Directoria Geral do Cooperativismo no Ministério do Trabalho e dos Seguros Sociais]. O Ministério da Cooperaçào contrataria técnicos competentes da administração cooperativa; manteria um corpo de contabilistas (funcionários do Estado como quaisquer outros) que examinassem (13) a escrituração das cooperativas, e que relatassem aos sócios e ao próprio Estado; e teria uma verba para expropriar empresas, mediante a justa indemnização, afim de as entregar às cooperativas. Mas deixando organizar a produção dos bens pela Federação das Cooperativas de Consumo. Quanto a ti, — trabalha por te tornares dispensável./ (p. 33)	* precisão * explicitação * explicitação
/transformar em/ /sempre (ou quanto possível), organizando a produção das cousas dentro duma cooperativa de consumo. Essa Junta de Organização Cooperativa trabalharia de comum acordo com uma Junta de Reorganização Agrária, com uma Junta de Propulsão dos Estudos, com uma Junta de Educação Popular, com uma Junta de Electrificação./		* atenuação * precisão * simplificação

Texto n.º 13

L. — ...A Democracia Cooperativa, pois, tem como ponto de partida o actual regime do capitalismo, e coloca-se no campo da competência económica com o actual comércio capitalista. Cria a Sociedade Nova, desde já, dentro da velha. Substitui, em primeiro lugar, o comércio privado de retalho; depois, o comércio por grosso;

Edição original (1933)	Textos da edição revista (1945?/ 1958?)	Objectivo das transformações
	<p>depois (produzindo para si), suplanta o capitalismo indus- trial; depois, o financeiro; fi- nalmente, o [grande] capitalismo agrário [mas mantendo os pe- quenos e médios proprietários, ligados em cooperativas locais de crédito e sólidas cooperati- vas de transacções em comum]. (p. 35)</p>	<p>* precisão * idem</p>
<p>Texto n.º 14</p>	<p>L. — ...O ideal democrático é exigente; está acima de nós. [É como o ditame de Jesus Cristo: «Sede perfeitos, como o vosso Pai do Céu é perfeito.»] No ma- quiavelismo, pelo contrário, é a própria doutrina que inferior- iza o homem, é o próprio ideal que é um ideal de queda, de abaixamento, de corrupção, — de sacrifício da ordem /invisí- vel/ da alma à sociabilidade aparente e à disciplina /sensí- vel/. (p. 53)</p>	<p>* explicitação * precisão * idem</p>
<p>/interior/</p>		
<p>/exterior/</p>		
<p>Texto n.º 15</p>	<p>L. — ...O democrata, pelo con- trário, quer que se respeite in- variavelmente — e que se siga quanto for possível, — o que dita a /Razão/ a cada um de nós [, a lei da consciência des- subjectivada]. A obediência /sensível/ quando for necessá- ria, jamais porém a obediência /do espírito/, jamais a limitação do nosso juízo [próprio, quando iluminado pela luz racional. Nunca mentir. Nem aos outros, nem a nós]. (p. 56)</p>	<p>* reforço * explicitação * precisão * idem * reforço</p>
<p>/consciência/</p>		
<p>/externa/</p>		
<p>/interior/</p>		
<p>Texto n.º 16</p>	<p>L. — ...e a Democracia, no as- pecto moral, é a vontade de re- sistir às monstruosidades do mando [. O poder corrompe; o espírito é incompatível com o menor poder. O homem que exerce o poder político só deve trabalhar para se tornar dis- pensável]... Mas agora reparo:</p>	<p>* reforço</p>

APÊNDICE E

Interpolação de textos

Tem algum interesse conhecer os temas abordados nos pequenos textos acrescentados à versão original. Recensearam-se na ordem em que se encontram na obra:

- definição de democracia (p. 6)
- a 1.^a República portuguesa (razões porque «teve uma história triste») (p. 6)
- as condições «muito severas» para a aprovação de votos de desconfiança ao governo (p. 10)
- o modo como se deve lançar «as bases criadoras da democracia social»: o fomento das cooperativas (p. 11)
- o emissor demarca-se «de uma República que não trate da elevação dos homens pobres...» (p. 11)
- os interesses que representa a religião para os «maus católicos» (p. 13)
- a actuação dos tribunais (p. 17)
- o Libertário aconselha o Estadista a tornar-se «dispensável» (p. 19)
- «o que veio Cristo fazer ao mundo», em oposição ao que fazem os partidários do Estado Novo (p. 22)
- a função do homem de autoridade (p. 22)
- crítica da atitude materialista ética do Estadista perante os homens; avaliação da «civilização política» portuguesa (p. 24)
- o Libertário aconselha o Estadista a não divinizar o Estado; papel do Estado e dos ministros (pp. 25-27)
- a política agrícola dos governantes que se seguiram a Mouzinho da Silveira (p. 27)
- o interesse *do Estado* e o interesse *do Povo* (p. 27)
- o desprezo do Estadista pelos homens (p. 28)
- caracterização do Estado Novo do ponto de vista económico (p. 31)
- projecto cooperativista para a agricultura (p. 32)
- o papel do Estado e o papel do povo (p. 33)
- funções do Ministério da Cooperação; conselho ao Estadista (o mesmo que o da p. 19) (p. 33)
- modo como se desenvolverá o cooperativismo (p. 34)
- os pequenos e médios proprietários na Democracia Cooperativa (p. 35)
- conclusão do Diálogo Segundo; conselho ao Estadista (já referido) (p. 35)
- as granjas colectivas no plano de reforma agrária (p. 40)
- as «rendas excessivas» no Alentejo (p. 45)
- o ensino do crédito cooperativo aos colonos (p. 45)
- educação do povo para o governo económico (p. 46)
- a estrutura dos edifícios escolares (p. 49)
- conselho ao Estadista igual ao já referido (p. 50)
- um ditame de Cristo (p. 53)
- uma norma: «nunca mentir» (p. 56)
- o poder e o espírito (p. 57)
- exemplos de descobertas científicas (p. 59)
- objectivo da actuação dos «reformadores com alma» (p. 59)
- conselhos ao Estadista: «Pensa... em libertar os *homens*, o povo...» (p. 60)
- lema da Revolução Francesa (p. 82)

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de António Sérgio

SÉRGIO, António — *Ensaaios*, 1.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 8 vols. 1971-74.

- * *Antígona*. Drama em três actos, Porto, Ed. da República, 1930.
- * «Sobre a reforma do legislativo», *Seara Nova*, n.º 293, 7-4-1932.
- * «Um inquérito» (resposta a um inquérito aberto pelo 'Diário da Noite'), *Seara Nova*, n.º 300, 26.5.1932.
- * «A República e a religião», *Seara Nova*, n.º 305, 30.6.1932.
- * «O programa, a organização e a acção como fontes permanentes da concórdia», *Seara Nova*, n.º 323, 3.11.1932.
- * «Retalhos de Doutrina Democrática», *Seara Nova*, n.º 327, 12.1.1933.
- * «Mais retalhos», *Seara Nova*, n.º 332, 2.3.1933.
- * «Grupo 'Renovação Democrática'», *Seara Nova*, n.º 336, 30.3.1933.
- * «Diálogo de um democrata e de um estadista burguês», *Seara Nova*, n.º 340, 27.4.1933.
- * «Cooperativa e parlamento», *Seara Nova*, n.º 344, 25.5.1933.
- * *Democracia. Diálogos de Doutrina Democrática. Alocução aos Socialistas. Cartas do Terceiro Homem*. 1.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974.
- * «A propósito dos dizeres de um jornalista», *Seara Nova*, n.º 353, 31.8.1933.
- * «Uma opinião sobre o falso corporativismo à fascista», *Seara Nova*, n.º 357, 28.9.1933.
- * «Sobre o Socialismo de Antero», *Seara Nova*, n.º 362, 2.1.1933.
- * «Em torno da 'Ilusão Revolucionária' de Antero», *Seara Nova*, n.º 406-408, 11.9.1934.
- * *Um problema anteriano*. Lisboa, Ed. do Autor s.d.
- * *Antero de Quental e António Vieira perante a civilização cristã dos seus próprios tempos*. Porto, Biblioteca Fenianos, 1948.
- * *Cartas de Problemática*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1952-55.
- * *Antologia Sociológica. Pátio das Comédias, das Palestras e das Pregações.*, 1.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1978.

2. Obras e artigos sobre António Sérgio ou com referências

- BAPTISTA, Jacinto — *Surgindo vem ao longe a nova aurora... Para a história do diário sindicalista «A Batalha» 1917-1927*. Lisboa, Bertrand, 1977.
- BARREIRA, Cecília — «O ideário seareiro. Alguns apontamentos para uma polémica (1921-1926)» *Sondagens em torno da Cultura e das ideologias em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa, Polemos, Col. Temas Portugueses, 1983 pp. 59-65.
- GODINHO, Vitorino Magalhães — «António Sérgio: presença do passado, presença do futuro», *Seara Nova*, n.º 1507, Maio 1971, pp. 36-38. *Para a Renovação da Política Nacional*, Lisboa, Sá da Costa, Cadernos Livres, 1978.
- GRÁCIO, Rui — «Pedagogia de acção social e racional de António Sérgio», *Seara Nova*, n.º 1370, Dez. 1959, pp. 389 e 398-399.
- LOPES, Fernando Farelo — «A rendição da cultura liberal», *Análise Social*, n.º 64, 1980, pp. 799-809.

Os diálogos de doutrina democrática

- «O liberalismo decadente da Seara Nova (algumas hipóteses).»
O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Fac. de Letras de Lisboa em Março de 1980, Regra do Jogo, 1982, pp. 141-165.
- MATOS, A. Campos — *Bibliografia de António Sérgio, Separata de Vértice, Coimbra, 1971.*
- SÁ, Victor de — *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Col. Biblioteca Breve, 1978.*
- SACRAMENTO, Mário — «Eis a crítica, querido mestre e amigo»
Diário de Lisboa, Suplemento Literário, 30.1.1969.
- SERRÃO, Joel — «Nota sobre a importância do método no ensaísmo de António Sérgio», *Seara Nova, n.º 1461, Julho de 1967, pp. 205-206.*
«Para uma caracterização do ensaísmo de António Sérgio»,
O Tempo e o Modo, n.º 47/48, Lisboa, Março/Abril, 1967, pp. 331-340.
«António Sérgio, o educador», *O Tempo e o Modo, n.º 69/70, Março de 1969, pp. 242-249.*
«Para uma apologia de António Sérgio», *Portugueses somos, Lisboa, Livros Horizonte, s.d., pp. 75-119.*
- VILHENA, Vasco Magalhães — *António Sérgio e a Filosofia, Lisboa, ed. Cosmos, 1960.*
António Sérgio, o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa, Lisboa, Seara Nova, col. Argumentos, 1964.
«Em torno da génese do idealismo filosófico de António Sérgio»
Homenagem a António Sérgio, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Altos Estudos, 1976, pp. 123-145.

3. Obras sobre análise gramatical e análise de conteúdo

- BARDIN, Laurence — *Análise de Conteúdo, Lisboa, Edições 70, 1979.*
- CLARET, Jacques — *Les choix des mots, 2.ª ed., Paris, PUF, Col. Que sais-je?, 1980.*
- LAPA, Manuel Rodrigues — *Estilística da Língua Portuguesa, 10.ª ed., revista e atualizada, Coimbra, Coimbra ed., 1979.*
- MAINGUENEAU, D. — *Initiation aux méthodes de Vanalyse du discours, Paris, Hachette Université, 1976.*
- MARQUES, F. Costa — *A análise literária, 3.ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1972.*
- ROBIN, Régine — *Histoire et Linguistique, Paris, A. Colin, 1973.*

4. Obras de carácter geral

- CUESTA, Pilar Vasquez e LUZ, Maria Albertina M. da — *Gramática da Língua Portuguesa, Lisboa, Edições 70, 1978.*
- CUIVILLIER, Armand — *Vocabulário de Filosofia, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.*
- CUNHA, Celso — *Gramática do Português Contemporâneo, Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares, 1978.*
Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, Lisboa, I. Editoriais, 4 vols. 1963-71.
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, 40 vols. ed. Enciclopédia Lda., 1935-1960.
Le Langage, Les Encyclopédies du Savoir Moderne, dir. de Bernard Pottier, Paris, RETZ, 1973.

Antonio Sérgio

LOPES, óscar — *História Ilustrada das Grandes Literaturas. Literatura Portuguesa*, II vol., Lisboa, Ed. Estúdios Cor, 1973, pp. 479-488.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 2.^a ed., vol. III, Lisboa, Palas ed. 1981.